

Debate Sindical

Ano 10 - n° 22 - julho / agosto / setembro - 1996 - R\$ 7,50

O significado da greve geral



*Desafios do MST na luta
pela reforma agrária*

*A bandeira estratégica
da redução da jornada*

*O mito da polivalência
no trabalho toyotista*

ÍNDICE

- 3** Apresentação
- 4** Os efeitos da greve geral de 21 de junho
(Altamiro Borges)
- 8** A luta pela redução da jornada de trabalho
(Inácio Arruda)
- 15** O projeto do governo de contrato temporário
(Augusto Madeira)
- 21** Clóvis Rossi fala sobre o "G-7 Emprego"
(Altamiro Borges)
- 28** Os novos desafios políticos do MST
(João Pedro Stédile)
- 31** A polêmica sobre a chamada "crise do Estado"
(Luís Antonio Paulino)
- 36** A experiência do Cobas da Itália
(Ricardo Antunes e Gustavo Codas)
- 43** O mito da polivalência na fábrica toyotista
(Emílio Gennari)
- 49** A crise da sociedade do trabalho
(Lincoln Secco)
- 58** Resenha de livro
(Nise Jinkings)

EXPEDIENTE

A revista **Debate Sindical** é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES).

Sede: Rua Monsenhor Passalacqua, 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010.

Fone/fax: (011) 284-2296

Conselho de Redação

Altamiro Borges
Augusto Buonicore
Gulomar Prates
João Batista Lemos
José Carlos Ruy
Umberto Martins

Conselho Editorial

Armando Bolto
César Benjamim
Clóvis Moura
Décio Saes
Edgard Carone
Emir Sader
Francisco J.S. Teixeira
João Pedro Stédile
Luís Fernandes
Luís Antonio Paulino
Lucília Machado
Marcos Gomes
Nilton Vasconcelos
Paulo Schilling
Ricardo Antunes
Abgail Pereira
Augusto Petta
Edson Pimenta
Gilda Almeida de Souza
Gilson Luís Reis
Gregório Poço
José Alvaro Gomes
José Carlos Schulte
Luiz Raimundo Gavazza
Mônica Custódio
Nivaldo Santana
Raquel Guisoni
Sérgio Barroso
Vianel Martins
Wagner Gomes

Revisão

Marcia de Almeida
Josenildo Marques

Capa

Big Nel (fone: 287-4180)

Editoração eletrônica

Sandra Luiz Alves (fone: 289-9574)

Impressão e acabamento

Editora Parma

Observação

Os artigos assinados não refletem obrigatoriamente a opinião da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES)

Companheiro (a) sindicalista

Em maio passado, a revista Debate Sindical completou dez anos de existência. Uma festa bastante animada, que lotou a sede do Centro de Estudos Sindicais (CES), marcou a data de aniversário. E motivos existiam para comemorar. Afinal, não é fácil produzir uma publicação deste tipo no país. Muitos tentaram, mas poucos tiveram fôlego para prosseguir. O material gráfico é caro, os esquemas de distribuição são precários, a estrutura de organismos como o CES é frágil. Mesmo assim, a Debate Sindical resistiu e adquiriu consistência!

Isto só foi possível graças, principalmente, a linha editorial adotada pela revista. Desde o seu nascimento, ela se propôs a ser um instrumento que contribuisse para o avanço do sindicalismo classista em nosso país. Por isso, contou com o apoio ativo de um vasto contingente de lideranças sindicais. Além disso, ela procurou tratar os temas candentes com profundidade e amplitude. Pautou-se sempre por uma abordagem sem sectarismo ou dogmatismo, numa postura pluralista de estímulo à polêmica franca e madura, sem nunca esconder seus pontos-de-vista e nem cair num falso ecletismo.

Nesta longa trajetória, a Debate Sindical ganhou respeito e credibilidade. Hoje, é uma referência obrigatória para o conjunto do sindicalismo, independentemente das correntes políticas que atuam nesta frente. Mesmo discordando de opiniões emitidas, todos reconhecem que ela é uma revista indispensável para análise da evolução do movimento sindical mundial e nacional. Essa mesma linha editorial permitiu que a publicação chegasse à intelectualidade progressista, ao meio acadêmico. Renomados estudiosos da questão sindical e do “mundo do trabalho” passaram a colaborar com a revista.

Na comemoração dos dez anos de vida da Debate Sindical, reafirmamos seu projeto original. Nosso esforço será sempre o de aperfeiçoar a revista, de torná-la um instrumento ainda mais afiado nas mãos dos trabalhadores. Várias lacunas terão que ser superadas, inclusive no que se refere à periodicidade. Aproveitamos também para anunciar uma importante alteração no seu Conselho Editorial, antes composto apenas por sindicalistas. Como reflexo do exposto acima, ele passa agora a contar com a colaboração de importantes intelectuais.

Alexandre Machado



Greve geral foi um sinal de alerta ao governo FHC

Altamiro Borges *

Apesar do governo federal e da mídia burguesa tentarem minimizar o episódio, a greve geral de 21 de junho cumpriu importante papel. Foi o primeiro confronto global, nacional, contra a política econômica de FHC. Com o respaldo comprovado das pesquisas de opinião, colocou em foco os graves problemas da atualidade - em especial, a violenta crise de desemprego. Além disso, serviu para tirar uma parcela expressiva do sindicalismo da pasmaceira das negociações de cúpula.

Na avaliação das centrais sindicais que convocaram o protesto (CUT, CGT e Força Sindical), cerca de 12 milhões de trabalhadores brasileiros aderiram à greve - o que corresponde a 19% da População Economicamente Ativa (PEA) com carteira assinada. O dia foi marcado por paralisações em todos os Estados, nas capitais e também em importantes cidades do interior. Em várias localidades, o MST (Movimento dos Sem Terra) bloqueou estradas em apoio à manifestação. Também o movimento estudantil, através da UNE e da UBES, participou ativamente.

Como era de se esperar, a chamada grande imprensa fez de tudo para ofuscar o protesto. O Jornal Nacional da TV Globo, mais despuadorado, nem sequer noticiou o fato na noite anterior. Depois, tentou qualificá-lo como um ato de "violência e vandalismo". A maior parte dos meios de comunicação usou nas suas manchetes adjetivos do tipo "fracasso", "fiasco", "derrota". Poucos, mais comedidos, ainda registraram que "a greve foi parcial". Nas reportagens, entretanto, a contradição ficou flagrante e o espírito de classe transpareceu!

No caso de São Paulo, por exemplo, os jornais não tiveram como esconder que "a sexta-feira ganhou cara de feriado". Um dos destaques da greve, o Metrô, que transporta 2,5 milhões de usuários e tem uma categoria fortemente organizada, "não funcionou no horário de pico". A Cetesb, estatal responsável pelo controle do ar, constatou que o índice de poluição foi o menor dos últimos anos. A CET, empresa de controle de tráfego, registrou congestionamento de 25 quilômetros, quando a média diária nas ruas da capital é de 80. Em outras capitais, mesmo com o funcionamento do transporte, os trabalhadores preferiram ficar em casa. Ônibus e trens circularam vazios.

Essa adesão, mesmo que parcial, já havia sido indicada nas pesquisas de opinião às vésperas do movimento. O *Gallup* registrou nas sete maiores regiões metropolitanas que 72% do entrevistados eram favoráveis a greve e que 70% tinham a intenção de não ir trabalhar. Já o *Datafolha* trouxe índices con-

troversos: 63% apoiando os motivos da greve geral e 57% dizendo que não iam aderir. O que importa de fato é que esses números, como os da adesão à greve geral, indicam o crescente descontentamento dos trabalhadores com política econômica neoliberal do governo FHC.

E o Palácio do Planalto parece ter entendido esse recado. Mesmo fazendo desdém do protesto, "que não ocorreu", o governo sentiu o golpe. Segundo o noticiário, orientou que a polícia fosse acionada em todo o país. Em São Paulo, todo o efetivo de 45 mil PMs foi colocado de prontidão. Além disso, o governo ventilou pela mídia "mensagens de otimismo" sobre a economia com o nítido objetivo de esfriar a adesão à greve. FHC chegou a falar num crescimento econômico de 6% neste ano - que foi logo desmentido pelo ministro da Fazenda.

"Ao longo da semana o próprio governo se preocupou em lançar iniciativas de combate ao desemprego, como o convênio entre Sebrae e BNDES, que destina R\$ 500 milhões ao incentivo às microempresas", captou a revista *Isto É*. Também foram divulgados o financiamento de casas próprias ao setor médio da população e um pacote de incentivo à agricultura, entre outras medidas demagógicas que revelam as margens de manobra do governo federal, inclusive para influenciar as próximas eleições municipais.

As razões da greve e o crescimento dos protestos contra a onda neoliberal

Mais do que contabilizar os números da greve geral, interessa saber se ela realmente era justa, necessária e oportuna. E, neste sentido, é indiscutível a existência de razões de sobra para convocar o protesto. A acelerada degradação das condições de vida do povo e o processo de destruição da economia nacional exigiam uma resposta ativa e unificada. O desemprego, que prossegue batendo recordes, foi o principal alvo desta jornada de luta. Segundo o Dieese, ela já supera a cifra de

Alexandre Machado



15% nas principais regiões metropolitanas do país.

A política econômica do governo FHC, com seus ingredientes altamente nocivos e corrosivos, serviu o caldo de cultura da greve. Além de estimular a revolta dos trabalhadores, dividiu ou neutralizou uma parcela das classes dominantes. Vale lembrar que, pouco antes, a própria Fiesp promoveu uma caravana a Brasília e blefou com um *lockout* em defesa dos interesses do grande capital. Já pequenos e médios empresários, a maioria em estado pré-falimentar, manifestaram sua simpatia à greve, aproveitando para criticar os juros estratosféricos e a abertura indiscriminada do mercado - conforme amplamente noticiado na imprensa.

Outro fator decisivo para a greve foi a fase de turbulência política vivenciada pelo governo federal. Depois de um período de hegemonia acachapante, ele passou a sofrer os primeiros reveses. As pesquisas começaram a apontar a abrupta queda de popularidade do presidente da República; ocorreram as primeiras derrotas em votações no Congresso Nacional, que inclusive levaram o governo a recuar nas reformas da previdência e administrativa; a base governista acumulou fraturas. Este desgaste político, que fragilizou o governo no momento da greve, também reflete o ano eleitoral - que no Brasil é sempre marcado por crises políticas.

Por último, a greve geral de 21 de junho não foi um fato isolado no cenário internacional - o que ressalta sua importância e necessidade. Ela fez parte da contra-ofensiva à onda neoliberal que se manifesta em diversos países periféricos e mesmo centrais do mundo capitalista. A poderosa greve na França, as constantes manifestações de trabalhadores na Alemanha, os protestos de rua em todo o continente latino-americano e os resultados eleitorais no Leste Europeu, entre outros exemplos, têm abalado o senso comum imposto pelas elites neoliberais ... e os trabalhadores brasileiros deram sua contribuição.

Descontentamento popular tira as centrais das negociações cupulistas

Esse descontentamento popular contra os efeitos dramáticos do neoliberalismo, inclusive, ajuda a explicar a mudança surpreendente de postura das centrais sindicais. Pouco antes, elas estavam totalmente imobilizadas, privilegiando as negociações de cúpula com o governo e o patronato. A Força Sindical, por exemplo, havia patrocinado o vergonhoso acordo com a Fiesp para a redução dos encargos sociais. Já a CUT, transfigurada, tinha participado do nocivo acordo da reforma da previdência social, o que só gerou desgaste de sua imagem.

Com o agravamento do quadro social e político, coube a CUT tomar a iniciativa de propor a greve geral - que imediatamente foi apoiada pelo Fórum Nacional das Oposições, que reúne os partidos de esquerda e várias entidades populares e democráticas. Já o processo de unificação com as outras centrais foi mais lento e complicado. A Força Sindical tentou descaracterizar o movimento, propondo uma greve "pelas reformas constitucionais", num coro com a Fiesp. Após incontáveis conversações, entretanto, chegou-se ao consenso em torno de uma pauta bastante ampla e difusa de reivindicações.

Evidente que a trajetória errática das centrais e a ausência de um eixo preciso de luta contribuíram para a parcialidade da greve. Some-se a isso a crise vivida pelo sindicalismo brasileiro, expressa sobretudo nas dificuldades de enraizamento na base, e o próprio cenário de estabilização conservadora da economia e de agravamento do desemprego. Também houve quem fizesse corpo mole na mobilização, mesmo entre os sindicatos cutistas. O dos Bancários de São Paulo, por exemplo, insistiu na difusão de um plebiscito contrário à greve. Já algumas entidades da Força Sindical, como a dos Metalúrgicos, preferiram fazer mais de cem acordos de compensação com as empresas da capital paulista.

Apesar destas debilidades, a greve geral cumpriu a contento o seu papel. A amplitude



Alexandre Machado

necessária na convocação não ofuscou a radicalidade do protesto. Todo o processo de preparação, incluindo os gastos de mais de um milhão de reais em marketing, serviu para condenar a política neoliberal do governo FHC. Foi um passo importante no confronto global a esse projeto. Mostrou que é possível e necessário adotar o caminho da luta no enfrentamento ao neoliberalismo. As bandeiras apresentadas neste jornada, em especial a da luta contra o desemprego, continuam na ordem-do-dia e exigem novas e massivas mobilizações.

* Jornalista e coordenador nacional do CES

“Nos seus dez anos de existência, a *Debate Sindical* se consolidou como o mais importante veículo de informação e formação do sindicalismo brasileiro. Sempre aprofundando temas de interesse e travando a polêmica séria e madura, ela tem dado grande contribuição para o avanço das idéias classistas em nosso país”

**SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS
DE SALVADOR (BA)**

40 horas como alternativa histórica do trabalhador

Inácio Arruda *

Cresce em todo o país a campanha pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC), de autoria dos deputados Inácio Arruda (PCdoB/CE) e Paulo Paim (PT/RS), que reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais. Um abaixo-assinado pretende coletar um milhão de assinaturas e será entregue aos presidentes do Senado Federal, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo. A mobilização inclui atos públicos, seminários e debates sobre o desemprego e a luta pela redução da jornada.

O governo brasileiro costuma afirmar em seu discurso coisas muito curiosas. Exemplo disso está na publicação "O mercado de trabalho e a geração de empregos" [1], em que se diz: "O modelo de desenvolvimento do Brasil passou, nesta década, de um estilo de industrialização protegida para o de uma economia aberta e competitiva. A inserção da economia brasileira no processo de globalização gerou significativas alterações sobre os fluxos de comércio e de capitais, sobre a base tecnológica, gerencial e organizacional das empresas e sobre o mercado e as relações de trabalho. A integração do Brasil à economia mundial é um processo em marcha".

Em seguida, o mesmo documento da Presidência da República afirma que "a inte-

gração da economia brasileira ao processo de globalização competitiva e a conquista da estabilidade econômica foram os fatos econômicos mais importantes da primeira metade dos anos 90 no Brasil". Depois, afirma que "a geração de empregos depende do crescimento econômico sustentado", mas isto não é posto enquanto condição suficiente, pois "o mercado não tem condições de fazer tudo sozinho". Propõe, então, uma parceria entre governo e sociedade para "conceber e implementar políticas" no sentido da criação e manutenção de empregos e de apoio à mão-de-obra desempregada.

É substanciada, então, a "parceria" proposta. Significa a aceitação pela sociedade de objetivos que se confundem com a concepção e os métodos assumidos pelo governo FHC. Na verdade, os dez objetivos enuncia-

dos não passariam de um inferno de boas intenções se dois deles não fossem suficientes para denunciar e demolir o conteúdo da proposta: “reduzir os custos não-salariais do trabalho através da diminuição dos encargos sociais”; e “flexibilizar a legislação trabalhista para permitir novas formas de contrato de trabalho e para abrigar o que for livremente negociado entre as partes”. Estes foram os dois únicos objetivos que o governo elegeu até o momento para colocar em prática e, pretensamente, equacionar o problema do desemprego no país.

A compreensão do que está posto exige uma referência ao célebre “custo Brasil”, definido no discurso do governo como um conjunto de gastos internos existentes e que oneram os produtos ou serviços brasileiros, tornando-os menos competitivos em relação aos similares fabricados no exterior. Neste dispêndio, na concepção oficial, estão a carga tributária, os custos portuários, a situação das rodovias e ferrovias, os encargos trabalhistas, os juros altos para o financiamento, energia e telecomunicações, entre outros.

Entre todos os gastos relacionados, dois vêm sendo tratados com maior ênfase até agora. O primeiro, no bojo da reforma do capítulo da Ordem Econômica da Constituição, é o das telecomunicações, com a flexibilização que transfere o monopólio estatal para os monopólios privados. O segundo é o dos encargos trabalhistas, que, segundo o governo, “anulam a vantagem inicial que as empresas teriam com o baixo custo da mão-de-obra no Brasil”. Este, submetido à flexibilização da legislação trabalhista, vem associado à reforma da Previdência, que pretende alterar a sua forma de financiamento, desonerando “o custo das empresas”.

Em comum a todos os itens que compõem o chamado “custo Brasil” está o ônus que o governo Fernando Henrique pretende impor à soberania do país e aos trabalhadores, num ângulo que faz confluir as questões nacional e social. No caso dos custos portuários, além de uma lei de concessões que abre o setor para a iniciativa privada, o objetivo explícito do governo é a quebra do “monopólio” dos sindicatos portuários. No caso das

rodovias e ferrovias, a pretensão é a de terceirizar o setor sem examinar o fato de que a opção histórica pelo sistema rodoviário, muito mais oneroso, foi subordinada aos interesses das multinacionais do setor automobilístico. E assim por diante.

Flexibilização das relações do trabalho não estimula a criação de novos empregos

O desemprego, que encontra na política neoliberal do atual governo solo fértil para o crescimento, realmente é hoje um fenômeno relacionado à globalização. Nos países mais desenvolvidos é consequência especialmente dos avanços tecnológicos (a exemplo da automação, da informática, da biotecnologia, etc.) que dispensam trabalho humano, submetidos à chamada reestruturação produtiva. O capital financeiro vem atuando e se expandindo sem a regulação de governos e organismos internacionais, desviando o capital aplicado na atividade produtiva para a especulativa, contribuindo para ampliar as dificuldades dos trabalhadores.

Crece o poder das empresas multinacionais, que comandam este capital financeiro e influem nas economias nacionais, favorecidas pela onda neoliberal. Esta, encontra uma conjuntura favorável no Brasil e em outros países dependentes que adotaram esta receita, na qual o desemprego é causado mais pelos atrasos estruturais, pelas sucessivas políticas econômicas recessivas e pelo estrangulamento da atividade industrial do que pelos avanços tecnológicos. Nos últimos cinco anos, a reestruturação em 37 setores industriais provocou o desaparecimento de 1 milhão e 500 mil empregos, que hoje procuramos recuperar. Ocorre que para incorporar os jovens que ingressam no trabalho, o país necessita desta mesma quantidade em novos empregos a cada ano.

Para não entregar os anéis e muito menos os dedos, os ideólogos do capital imaginam soluções que fazem recair sobre a força de trabalho o peso da crise. Entre estas, está

a flexibilização dos contratos de trabalho, que, a exemplo de outras “flexibilizações”, tem o objetivo de submeter os mais frágeis para acumular em benefício dos muito ricos. Mas a única saída viável é a da redução da jornada de trabalho para 40 horas.

O governo brasileiro sabe que a flexibilização das relações de trabalho não funcionou como estímulo ao emprego em nenhum país onde foi adotada. Mas, apesar disso, insiste em implantar no Brasil o contrato temporário de trabalho, alimentando ilusões que não se sustentam na realidade. Daí a pretensão igualmente anunciada no Plano Plurianual 96/99: “Também para diminuir os custos de mão-de-obra e, simultaneamente, garantir os direitos dos trabalhadores, serão introduzidos outros tipos de contratos no mercado de trabalho”. São dois objetivos inconciliáveis.

Esta persistência do governo em tomar de assalto os direitos sociais está submetida, em primeiro lugar, a sua adesão incondicional ao receituário neoliberal para assegurar um novo padrão de acumulação para o capital, interna e externamente. Em segundo lugar - e por lógica de exclusão - não adota esse procedimento para resolver o problema do desemprego, que atinge essencialmente os trabalhadores.

Governo FHC serve à lógica do capital especulativo e corta investimentos sociais

O tratamento de dois pesos e duas medidas para o capital produtivo e para o trabalho, por um lado, e para capital especulativo, por outro, demonstra que o governo aposta na atração dos capitais externos como a grande saída para o volume de investimentos necessários ao país. Segundo o parecer do Tribunal de Contas da União sobre as contas de 1995 [2], o governo assegurou, neste ano, reservas internacionais superiores a US\$ 50 bilhões, mas conseguiu apresentar o primeiro déficit anual da balança comercial desde 1980. As exportações cresceram 6,7%, enquanto as

importações aumentaram 50,1%. O setor público pagou R\$ 35,1 bilhões de juros reais.

O programa destinado aos banqueiros falidos, o Proer, liberou, apenas para o Banco Nacional, quase R\$ 6 bilhões e não há limite de recursos para esta finalidade. As empresas de grande porte ficaram com 54% do total de financiamentos com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), administrados pelo BNDES, enquanto as micro e pequenas empresas, que oferecem um retorno maior em empregos, ficaram com 26%.

Ainda segundo o parecer, o Brasil, que pertence ao grupo dos 22 países de renda per capita média alta, apresenta um dos piores indicadores sociais do mundo, com a menor percentagem de gastos em educação (3,6%) e saúde (5,2%) em relação à despesa total; a mais alta taxa de mortalidade infantil (57 por mil crianças nascidas); e o maior índice de concentração de renda do grupo, com os 20% mais pobres retendo apenas 2,1% da renda nacional contra 51,3% dos 10% mais ricos. Apesar desse quadro trágico, o governo reduziu, em relação a 1994, em termos reais, as dotações dos programas da área social, inclusive para Geração de Emprego e Renda, que ficou com menos 40,95% em 95.

A redução atingiu ostensivamente: Alimentação (-6%); Apoio à Educação e ao Ensino Fundamental (-15,66%); Infra-Estrutura de Saneamento Básico, com repercussões no Programa Redução da Mortalidade na Infância (-21,86%); Assistência Social e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (-82,93%); Desenvolvimento Urbano (-46,47%); e Desenvolvimento Rural (-67,64%). É esta a fisionomia “neossocial” do governo de Fernando Henrique que o Programa Comunidade Solidária, inspirado em seu congênere mexicano, não conseguiu ocultar: há dinheiro a vontade para salvar banqueiros quebrados, mas o povo trabalhador foi lançado à própria sorte, como pressupõe o princípio neoliberal da redução do papel do Estado.

Com esse procedimento, o governo Fernando Henrique sacrifica o desenvolvimento e os investimentos sociais, a partir de uma política econômica que favorece aos especu-



ladores locais e internacionais, mas leva à falência extensos setores produtivos da economia nacional, ampliando o desemprego e a miséria na base social. As conseqüências vêm na forma de um crescimento acelerado do déficit público, da quebradeira generalizada de micro, pequenas e médias empresas, da recessão e do desemprego em escala crescentes. Mesmo assim, o governo mantém a moeda artificialmente valorizada, um câmbio atraente para uma abertura escancarada das importações, aumentando as dificuldades da indústria nacional, que desemprega mais e mais. Faz protecionismo às avessas.

Redução dos encargos não gera empregos e só aumenta lucratividade das empresas

Nos países que há mais tempo compartilham deste rumo, o tema da flexibilização das relações trabalhistas continua em pauta pelos estragos que provocou. Hoje é conhecida com maior segurança a dimensão dos problemas ocasionados pela redução dos encargos sociais. Se alguma coisa cresceu, decididamente não foram os níveis de emprego, mas certamente a acumulação do capital e as dificuldades nos investimentos sociais.

Dentro de um conjunto de medidas relacionadas à flexibilização, o governo argenti-

no foi pioneiro na chamada redução dos custos do trabalho, aprovando em 1991 uma lei que introduziu descontos para contratos de trabalho temporários. Ali foram implantados 14 tipos diferentes de contrato de trabalho. O resultado é que desde a implantação das inovações até hoje o desemprego saltou de 3,6% para 22,1%. Em 1994 o governo Menem baixou um decreto reduzindo entre 30% e 80% os encargos sociais pagos pelo capital, significando 33% do custo do trabalho. Em setembro do ano passado, o governo argentino recuou e reduziu os encargos com obras sociais em apenas um ponto percentual - o equivalente a uma redução de 17% desta contribuição.

A medida afetou, além da arrecadação do Estado, o Fundo Nacional de Emprego (responsável pelo seguro-desemprego); as obras sociais dos sindicatos de trabalhadores (responsáveis pela saúde de aproximadamente 60% da população argentina); e o atendimento de saúde dos inativos, realizado pelo Instituto Nacional de Serviços Sociais de Aposentados e Pensionistas (Pami). Com a diminuição dos encargos sociais, a arrecadação da seguridade social que, de acordo com o orçamento de 1996, seria de US\$ 13 bilhões, poderá ser, já este ano, US\$ 3,8 bilhões menor. Hoje, um enorme contingente de trabalhadores argentinos oferece sua força de trabalho em troca de um prato de comida que não corresponde ao valor da sua reposição.

Mas as constatações vêm igualmente do chamado primeiro mundo. Desmontam a ilusão de que postos de trabalho são criados com o desmonte dos direitos. Na Espanha, os sindicatos se submeteram à flexibilização, mas o país não abandonou a *pole position* europeia, com 22,7% de sua população economicamente ativa (PEA) desempregada. Na França, onde três milhões de desempregados formam o exército de 12% da força de trabalho, o governo cortou encargos, as empresas não contrataram e foi mandatário Jacques Chirac, de perfil conservador, quem revelou: as empresas embolsaram o dinheiro da redução dos tais encargos. E assim foi em todos os países nos quais funcionou o engodo da acumulação do capital com vitrine social.

Esta, portanto, não é uma argumentação ideologizada das oposições. O economista Thomas Coutrot, assessor do Ministério do Trabalho de Chirac, afirmou à Folha de São Paulo (03/03/96) que as circunstâncias no Brasil são completamente diferentes: falta salário. "A parte dos salários na riqueza nacional é extremamente pequena; seria absurdo atribuir o desemprego a um custo salarial elevado", afirma. Aliás, o mesmo economista considera a redução da jornada uma saída compatível com as circunstâncias atuais do desemprego estrutural. Defende inclusive a fixação da jornada em 32 horas e a taxação tributária das empresas que ultrapassarem este limite.

Realmente, é falsa a afirmação que atribui aos encargos sociais uma menor competitividade dos produtos nacionais. Também não é verdade que encargos sociais menores animarão os senhores capitalistas a generosamente contratar força de trabalho. Os ganhos na roda-viva financeira são bem mais compensadores e não oferecem riscos: somam 20% reais ao ano. É a OIT que afirma, por outro ângulo, oposto, que um operário industrial no Brasil, ganha, em média, US\$ 2,68 por hora, enquanto seu companheiro na Alemanha consegue atingir a marca dos US\$ 24,87. Mesmo em países onde a mão de obra é considerada barata, como os "Tigres Asiá-

ticos", o custo da hora de trabalho varia entre quatro e seis dólares.

É a barbárie que se busca com esta "flexibilização". O que se oferece com a proposta é mais castigo para os trabalhadores em nome de uma fantasiosa busca da qualidade e da melhoria da competitividade, consideradas fundamentais para a sobrevivência das empresas numa economia globalizada. Cria-se, com esta proposta, um cassino que vai promover a jogatina com o barato trabalho alheio. Será muito fácil para o senhor capitalista trapacear com a lei, "reduzindo o quadro de trabalhadores, e, posteriormente, com os salários já reduzidos, fazer 'novas' contratações ou recontratar por prazo determinado os ex-empregados, suprimindo direitos e vantagens e sem aumentar o número de empregos" (opinião do DIAP sobre o assunto).

A redução da jornada é a forma mais eficaz de combate ao desemprego

O desemprego no Brasil encontra um perfil controvertido nas estatísticas. Diferenças metodológicas, em princípio, explicam as distintas informações. O IBGE, que leva em conta a procura de vagas de trabalho no período de sete dias que precede a pesquisa, calculou em novembro de 1995 um desemprego de 4,6% da População Economicamente Ativa (PEA). O Dieese, que mais corretamente leva em conta os últimos 30 dias, estimou o percentual de 10,5% um mês antes.

De acordo com o diretor técnico do Dieese, Sérgio Mendonça, "o IBGE não muda a sua metodologia porque isso faria as taxas dispararem, o que não interessa a nenhum governo" (revista Veja, 12/06/96). Um seminário realizado por entidades de economistas (Corecon/Ierj/Sindecon) no final do ano passado, veiculou o índice de 13,5% da PEA em situação de desemprego, ao que parece adotando metodologia semelhante à do Dieese. Acima das controvérsias, há, contudo, uma certeza: cresce célere o contingen-

te de trabalhadores sem emprego ou sobrevivendo precariamente no mercado informal.

O próprio governo já admite esses efeitos, mas prefere atribuir a responsabilidade ao FMI e não ao programa neoliberal que vem sendo aplicado no Brasil sob sua gestão. Temendo os riscos eleitorais que os níveis de desemprego podem representar nas eleições municipais de outubro, ensaia medidas de superfície que não alcançam a dimensão estrutural do problema. O ministro do Trabalho, Paulo Paiva, fala em um processo longo e negociado, na necessidade de aumentar a produtividade e na desregulamentação das relações de trabalho.

Diante de um quadro emergencial, o governo deseja paciência dos trabalhadores. E vende a ilusão de que o Brasil poderá assumir uma posição competitiva numa economia globalizada. Com isto, ignora formalmente a desvantagem da economia brasileira diante das economias capitalistas hegemônicas, articuladas no G-7. Estas, à exceção do Japão, convivem com elevadas taxas de desemprego, que oscilam entre os 5% e os 20%.

Historicamente, diante da reestruturação produtiva, do avanço tecnológico, da conformação mais especulativa do capital e, em consequência, da regressiva tendência na demanda por mão-de-obra, a redução da jornada de trabalho tem sido apontada como forma eficaz de combate ao desemprego. No final do século passado os trabalhadores dos países capitalistas desenvolvidos trabalhavam em média 2.800 horas anuais, o que equivale a 55 horas por semana, e tinham uma semana de férias por ano. Atualmente nos Estados Unidos trabalha-se 1.600 horas por ano e na Suécia apenas 1.400, equivalendo a 30 horas semanais e seis semanas de férias. A Confederação Européia de Sindicatos reivindica uma jornada de 32 horas semanais, distribuídas em 4 dias de trabalho.

A medida segue uma tendência adotada pela Conferência Internacional do Trabalho, que, em 1919, recomendou a redução da jornada de 48 para 44 horas semanais. Já em 1935, a recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) era de que a jornada semanal de trabalho passasse a ter 40

horas. Em muitos países, as jornadas são até inferiores. Segundo o Banco Mundial, na Dinamarca e na França a jornada é de 37 horas trabalhadas por semana; na Itália, de 36 horas; e na Espanha, de 34 horas. Nos Estados Unidos, a semana de trabalho tem 40 horas, do mesmo modo que na Venezuela, Uruguai, México, Peru e Bolívia. Neste quadro, o Brasil é destoante, juntamente com a Argentina e o Paraguai, onde a jornada é, respectivamente, de 48 e 45 horas semanais.

A tramitação do PEC na Câmara de Deputados e a mobilização da sociedade

No Brasil, a redução da jornada de 48 para 44 horas somente ocorreu em 1988, no curso da Assembléia Nacional Constituinte, contribuindo naquele momento para compensar os efeitos nocivos da conjuntura econômica dos anos 80 - a chamada "década perdida". Em 95 as empresas da indústria automobilística e os sindicatos de trabalhadores chegaram a um acordo para flexibilizar a jornada. Isto significa uma aceitação tácita da sazonalidade do mercado: menos trabalho em época de baixo consumo e mais trabalho nos períodos de pico, sem alterar os salários.

Atualmente, tramita na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 231/95, de minha autoria e do deputado Paulo Paim, que fixa a jornada em 40 horas semanais. A eficácia da proposição é admitida pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), que percebe como efeito imediato da redução da jornada a criação de três milhões de novos empregos. Ela aguarda o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, quando poderá ser apreciada ainda este ano, para, em seguida, ser examinada numa Comissão Especial a ser constituída na Câmara dos Deputados.

Para os trabalhadores, surge mais um importante desafio que é acrescentado à luta para assegurar ganhos salariais. A necessidade de uma ampla mobilização nacional para gerar novos empregos. Este é um caminho

* Deputado federal pelo PCdoB (CE), vice-líder da bancada na Câmara dos Deputados e autor, juntamente com o deputado Paulo Paim (PT-RS), da PEC 231/95, que reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais.

consistente que, numa conjuntura de reestruturação produtiva e de incorporação crescente dos avanços tecnológicos no Brasil, reduzirá também os prejuízos sociais dos trabalhadores. A proposição, além disso, aumenta a remuneração das horas extras de 50% para 75% das horas normais.

Essas modificações atendem a esta antiga reivindicação dos trabalhadores em todo o mundo. É o caminho que contempla a necessidade de "trabalhar menos para que trabalhe em todos". Como símbolo desta luta está a definição do 1º de maio como Dia Internacional do Trabalho. Foi justamente na luta pela redução da jornada de trabalho que,

há mais de um século, oito líderes sindicais foram condenados à morte em Chicago, nos Estados Unidos.

NOTAS

- 1- O mercado de trabalho e a geração de empregos. Fernando Henrique Cardoso, Brasília, Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1996.
- 2- Síntese, Conclusão e Projeto de Parecer Prévio sobre as Contas do governo da República (1995). Homero Santos (Ministro Relator), Brasília, Câmara dos Deputados, Tribunal de Contas da União, 1996.

PNB PER CAPITA, MENOR REMUNERAÇÃO MENSAL E JORNADA DE TRABALHO SEMANAL. PAÍSES SELECIONADOS 1991/1994

PAÍS	PNB PER CAPITA 1991 (US\$)	SALÁRIO MÍNIMO MENSAL 1991/94 (US\$)	HORAS SEMANAIS DE TRABALHO 1992/94
EUA(1)	22.240	680	40
Dinamarca	23.700	1.325	37
França	20.380	1.000	37
Itália	18.520	600	36
Espanha	12.450	690	34
Venezuela	2.730	68	40
Argentina	2.790	200	48
Uruguai	2.840	160	40
México	3.030	127	40
Peru	1.070	70	40
Paraguai	1.270	146	45
Bolívia	650	80	40
Brasil	2.240	111(1)	44

Fonte: World Bank, World Development Report e consulados e embaixadas

Elaboração: Dieese

Nota:

(1) Salário mínimo de março/96 em reais (112 reais), convertido para dólares pela taxa de câmbio de 13/6/96.

Pesquisa: Gabinete do deputado Inácio Arruda

O DESEMPREGO

País	Índice (%)	País	Índice (%)
Canadá	9,4	Itália	11,6
Colômbia	8,9	Suíça	4,3
Chile	5,7	Coréia do Sul	2,8
Brasil	10,5 (*)	Austrália	8,1
Reino Unido	8,3	México	6,8
França	11,7	Bolívia	19,0
Alemanha	10,8	Uruguai	9,4
Índia	10,0	Holanda	7,1
Cingapura	2,0	Portugal	7,3
EUA	5,8	Suécia	7,8
Venezuela	11,4	Áustria	6,8
Argentina	21,5	Japão	3,4
Dinamarca	9,1	África do Sul	31,0
Espanha	22,7		

* Dieese

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo, 03/3/96

O BRASIL PAGA MENOS

País	Custo da hora de trabalho (em dólar)	País	Custo da hora de trabalho (em dólar)
Brasil	2,79	Portugal	3,57
Taiwan	3,98	Coréia do Sul	4,15
Grécia	5,49	Israel	7,96
Espanha	11,88	Inglaterra	12,42
Japão	12,84	Austrália	12,98
EUA	14,83	França	15,25
Itália	16,29	Suécia	20,93
Alemanha	21,30	Suíça	28,86

Fonte: Organização Internacional do Trabalho (OIT)

A contratação temporária e a ofensiva neoliberal

Augusto Madeira *

O projeto de lei sobre “contrato de trabalho por prazo determinado”, enviado recentemente pelo ministro Paulo Paiva ao Congresso Nacional, é um exemplo gritante da política de retrocesso nos direitos trabalhistas do governo FHC. Ele atinge questões fundamentais para o conjunto dos assalariados, como emprego, jornada de trabalho e salário. É um dos golpes mais brutais contra os interesses dos trabalhadores em toda a história do país.

Entre outras barbaridades, o projeto na sua versão original institui o contrato individual de trabalho por tempo determinado - o que era previsto apenas como exceção no artigo 443, parágrafo 2º, da CLT. Ele também reduz as contribuições destinadas ao Sesi, Sesc, Senai, Senat, Sest, Sebrae, Inbra, salário-educação e seguro por acidente de trabalho. Quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o desconto despenca dos atuais 8% para 2% nas novas contratações. Há ainda o estímulo à flexibilização da jornada de trabalho e a determinação de que as horas-extras poderão ser compensadas no período de até um ano.

Na Exposição de Motivos apresentada ao presidente da República, em março de 96, o ministro do Trabalho, Paulo Paiva, afirmou que “o propósito maior deste projeto de lei é

criar empregos”. A cínica argumentação é construída a partir do flagelo do desemprego, que se abate sobre quase todos os países do mundo como a parte mais visível da crise na economia mundial. Todas as mudanças sugeridas estão dentro da proposta de “flexibilização de direitos”, ou seja, mudanças para pior na atual legislação trabalhista. O projeto também adota as teses da diminuição do chamado “custo Brasil”.

Na verdade, o projeto facilita as demissões, diminuindo os custos das empresas. E, é óbvio, com mais facilidades para dispensa, o desemprego tende a crescer. Além disso, possibilita o aumento da jornada de trabalho sem nenhuma reparação, o que também aumenta o desemprego. As idéias não são novas, nem tampouco faltam experiências concretas da aplicação destas teses para de-

monstrar que a realidade não confirma que o objetivo proclamado - criar empregos - será de fato alcançado. Além disso, as propostas são anticonstitucionais.

As falsidades sobre o projeto são mais uma tentativa demagógica do governo FHC de apresentar-se como um governo preocupado com o social. Ainda mais com as recentes pesquisas que indicam sua queda vertiginosa de popularidade, além de localizar como maior falha do atual governo justamente o seu descaso com as demandas na área social: emprego, reforma agrária, saúde, educação etc.

O projeto de lei incentiva negociação por empresa para enfraquecer sindicatos

Em seu artigo 4º, o projeto de lei fala apenas do “registro” dos novos contratos nos sindicatos, o que parece afastá-los das negociações - que se dariam entre trabalhadores de uma determinada empresa e os patrões. De outra forma, não seria necessário o tal registro dos contratos, pois os sindicatos ao efetuarem a negociação teriam, obviamente, acesso e conhecimento do seu conteúdo. Isto é expressamente contrário à Constituição, que exige no seu artigo 8º a participação do sindicato nas negociações coletivas de trabalho.

Com esta nova investida, o governo insiste na idéia de levar o foco das negociações para o interior das empresas. Isto foi tentado na medida provisória da desindexação, que acabou com os reajustes dos salários e determinou a negociação da produtividade via empresa. O Supremo Tribunal Federal decretou a inconstitucionalidade do artigo. Também na medida provisória da “participação nos lucros” houve a tentativa de pulverizar as negociações, enfraquecendo a organização sindical. Tudo sob o manto da “livre negociação”.

A chamada “livre negociação”, em meio a terrível crise de desemprego, à brutal ofensiva do capital e com uma legislação favorá-

vel ao patronato é, como diz um comentarista político, a negociação entre o pescoço e a guilhotina. O certo seria a criação de medidas protetivas à organização sindical e ao direito de greve para que os trabalhadores pudessem impedir as demissões em massa, o arrocho dos salários e a precarização das condições de trabalho. Mas isso vai contra a ofensiva neoliberal das elites.

Contrato temporário tende a gerar maior desemprego e precarização do trabalho

O alvo principal do projeto de lei do Ministério do Trabalho, entretanto, é extinguir a excepcionalidade da contratação por tempo determinado. Pela atual legislação, este só era permitido em determinadas circunstâncias e/ou atividades. Ou seja, em situações que justificassem a transitoriedade do trabalho objeto do ajuste em razão da própria atividade empresarial.

O artigo 443 da CLT só validava o contrato por prazo determinado nos seguintes casos: a) de serviços, cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo; b) de atividades empresariais de caráter transitório; c) de contratos de experiência (máximo de 90 dias). Um exemplo: “A contratação de empregados para a temporada de veraneio em uma região de turismo; (...) o ajuste de intérpretes para a realização de uma feira internacional por entidade criada para esse fim exclusivo”. (Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho, Valentin Carrion, 15ª ed., pág. 274, 92).

Nos demais casos o contrato era por prazo indeterminado. Nossa lei adotava, de forma correta, o princípio da continuidade da relação de emprego, impondo limitações ao contrato por prazo determinado e procurando impedir ou dificultar bastante a dispensa do empregado. A Constituição Federal de 1988, no artigo 7º, no seu primeiro inciso, garantia “a relação de emprego protegida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos da lei complementar, que preverá in-

denização compensatória, dentre outros direitos”.

O princípio da continuidade do emprego é garantido pela CLT, pela Constituição Federal e agora também pela Convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que entrou em vigência no Brasil no dia 06 de janeiro de 1996. Esta convenção trata justamente da proteção do emprego frente à dispensa arbitrária. É importante ressaltar o trecho introdutório desta convenção:

“Considerando que em razão de tais novidades (mudanças nas legislações dos países sobre o término da relação de emprego) é oportuno adotar novas normas internacionais na matéria, levando particularmente em conta os graves problemas que se apresentam nessa área, como conseqüências das dificuldades econômicas e das mudanças tecnológicas ocorridas durante os últimos anos em um grande número de países”.

O jurista Arnaldo Sussekind, em seu livro *Direito Internacional do Trabalho*, editado pela LTr em 1986, afirma o seguinte sobre o tema: “A Convenção 158, de 1982, que dispõe sobre a terminação da relação de trabalho por iniciativa do empregador, consagrou o princípio adotado pela recomendação nº 119, de 1963, segundo o qual a despedida do trabalhador pressupõe uma causa justificada, concernente a sua capacidade ou conduta, ou, ainda, necessidades relativas ao funcionamento da empresa, estabelecimento ou serviço”.

Como se observa, a continuidade da relação de emprego é um ideal perseguido pelo direito trabalhista em nível internacional. Enquanto a OIT a propõe para enfrentar os novos fenômenos econômicos e tecnológicos, o governo FHC defende que o trabalhador mais uma vez pague a conta pela crise. A limitação da realização desses contratos a 20% do quadro do pessoal da empresa, prevista no artigo 3º do projeto de lei, restringe a sua aplicação - que deverá atingir principalmente os mais jovens que ingressam no mercado de trabalho. Porém, o princípio, que é o fundamental, já estará quebrado.

Por fim, vários países já aplicaram a experiência de estabelecer diversos tipos de

contrato de trabalho, como é o caso da Espanha. Tal medida marginalizou uma grande parte de trabalhadores, rebaixou o salário dos mais jovens, porém não impediu o desemprego, que naquele país encontra-se na casa dos 23%, o mais alto da Europa.

Redução da contribuição ao FGTS diminuirá a capacidade de investimento do Estado

O outro objetivo do projeto de lei é o de reduzir diversas contribuições de natureza e propósitos diferentes - desde aquelas referentes a serviços sociais e treinamento de mão-de-obra, até as que financiam parte do sistema educacional e os acidentes do trabalho. Todas merecem um estudo mais detalhado. Sem entrar no mérito sobre o controle desses orçamentos, no mínimo nota-se uma contradição flagrante entre a diminuição de verbas para projetos de preparação de mão-de-obra e educação básica, como formas de combater o desemprego, com os objetivos pretendidos pelo projeto ministerial.

A experiência de reduzir encargos também não é inédita. Ela foi tentada na França recentemente, com o corte de vários encargos das empresas, e não deu certo. O economista francês Thomas Coutrot, assessor econômico do ministro do Trabalho da França, Jacques Barrot, em entrevista concedida ao jornal Folha de S.Paulo (03/03/96), foi questionado sobre o assunto. Vale a pena reproduzir um trecho da entrevista:

Folha: Hoje no Brasil se propõe o corte de encargos sociais como uma medida para criar empregos. Na França, o governo disse que cortou encargos e que as empresas não contrataram...

Thomas Coutrot: É, (o presidente Jacques) Chirac disse que as empresas embolsaram o dinheiro da redução de encargos.

Já no que se refere à redução das contribuições para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a questão é mais grave. O FGTS foi o sistema adotado pelo regime militar em substituição à estabilidade no emprego esta-

belecida no artigo 492 da CLT, que se obtinha a partir de dez anos de trabalho na mesma empresa. Na prática, significou o fim da garantia do emprego. A multa de 40% sobre o total de depósitos na conta, paga em casos de demissão sem justa causa, sempre foi uma frágil medida de proteção ao emprego.

Pois bem, nem esta frágil proteção irá sobreviver na proposta do governo FHC. Pelo projeto de lei, o trabalhador, ao final do contrato por tempo determinado, não teria mais direito à multa de 40%, além de ter sua conta reduzida ao valor de um quarto do que teria com depósitos a 8%. Ele vai ficar sem emprego e sem um mínimo de proteção para o período que estiver procurando nova colocação.

A redução da contribuição via o sistema do FGTS será também mais um fator de geração de desemprego. O Estado é um dos fomentadores de emprego e, uma vez tendo sua capacidade de investimento reduzida, terá diminuída sua capacidade de criação de novos postos de trabalho. Mais grave: com a redução do FGTS, que pode ser movimentado na compra de imóveis, será atingido um dos setores de maior utilização de mão-de-obra, a construção civil.

Mesmo nos EUA, a pátria da desregulamentação, cresce a preocupação com o tema

Mesmo nos Estados Unidos, a pátria da desregulamentação, as soluções formuladas para a grave crise de desemprego que atinge o país vão no sentido inverso das apresentadas pelo ministro Paulo Paiva. Assustados com a possibilidade de explosões de revoltas, surgem nos EUA propostas para compensar os efeitos da desigualdade entre o grande poder dos grupos econômicos em face dos sindicatos. Leis e normas são sugeridas para dificultar demissões, fortalecer sindicatos e transferir aos empregadores encargos sociais decorrentes das demissões.

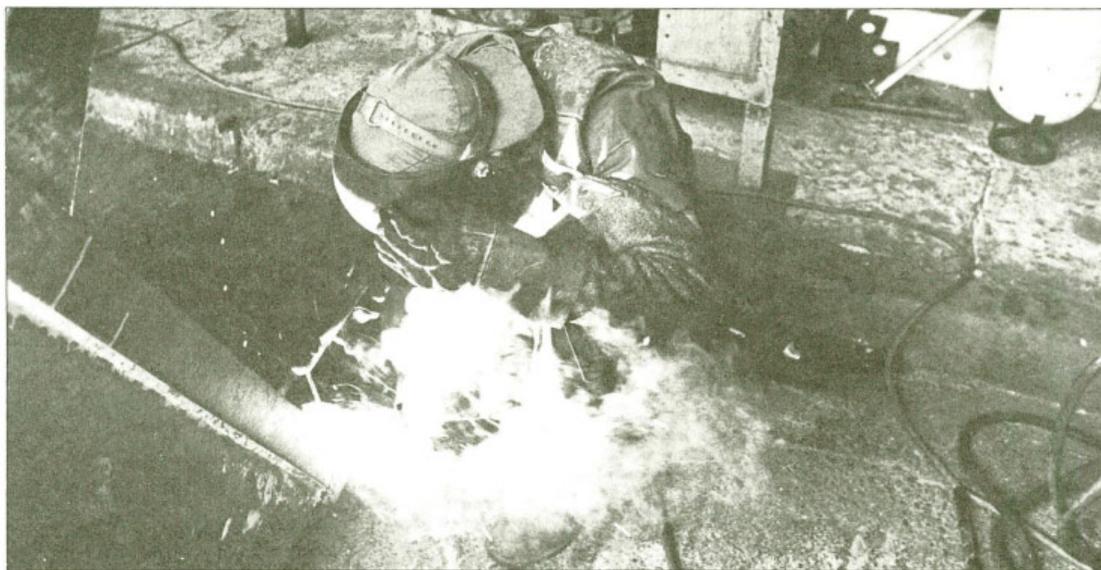
Em recente matéria do *The New York Review of Books*, reproduzida pelo jornal *O*

Estado de S. Paulo (12/05/96), o jornalista Simon Head relata algumas das propostas apresentadas pelo senador democrata Bill Bradley, para quem “os empregadores têm obrigações para com seus velhos empregados”. Segundo comenta, “Bradley propõe que os empregadores sejam obrigados por lei a cobrir o seguro-saúde dos velhos ex-funcionários durante um ano e também contribuir substancialmente para os custos de reciclagem profissional do empregado”.

São apontadas também propostas para revigorar as organizações sindicais, compensando o “atual desequilíbrio de poder no local de trabalho”. Para Head, “é preciso que o direito de os sindicatos se organizarem seja mais bem protegido por novas leis para que, por exemplo, as Três Grandes de Detroit não consigam achatar salários no setor automobilístico transferindo a produção para fábricas em que os trabalhadores não são sindicalizados”.

Num outro trecho, o articulista afirma que “é preciso fortalecer ainda mais o direito de greve contra empregadores, como a Caterpillar, que usa trabalhadores substitutos permanentes para desgastar e abater seus empregados”. E prossegue: “Mas os empregados também precisam de alguma forma de representação alternativa nos muitos setores da economia, principalmente o de serviços, em que os sindicatos praticamente deixaram de existir”. A matéria segue propondo a criação, por lei, de “conselhos de fábrica”, para que os funcionários possam “decidir sobre assuntos como reengenharia e treinamento”.

Um outro significativo acontecimento que revela como os EUA estão tentando tratar internamente estes problemas foi a decisão da Suprema Corte, órgão maior do judiciário dos EUA. Ela determinou às empresas que promovem demissões que avisem com antecedência mínima de dois meses o respectivo sindicato, sob pena de serem nulas as demissões. Estas mudanças levam em consideração, sem dúvida, o temor das classes dominantes americanas diante da reação popular face a degradação contínua das condições de vida. Pesquisas recentes revelam que



Michèle Mitano

nunca os americanos acreditaram tão pouco no chamado "Sonho Americano", aquele que dizia que todos tinham as mesmas oportunidades na terra do Tio Sam.

A flexibilização da jornada aumenta exploração patronal e desgasta o trabalhador

Voltando ao Brasil, é preciso também abordar o item sobre flexibilização da jornada previsto no projeto. Pela Constituição Federal de 88, no seu artigo 7º, inciso XIII, a jornada de trabalho é de oito horas diárias e 44 semanais. As horas trabalhadas além deste limite devem ser pagas com o adicional de no mínimo 50%, conforme o inciso XVI. Este mesmo inciso faculta a compensação da jornada mediante acordo ou convenção coletiva. Ou seja, as horas trabalhadas superiores a oitava em um dia podem ser compensadas em até duas, em outro, de modo que a jornada semanal não ultrapasse as 44 horas.

A fixação da jornada de trabalho é uma das conquistas mais importantes dos trabalhadores. A limitação da jornada visa garantir ao trabalhador o direito ao convívio social com sua família e amigos, sua integridade física e mental e a dedicação ao lazer, cultura, esportes, artes etc.

Pelo projeto de lei do ministro Paiva, o módulo para a compensação deixa de ser a

semana, como previsto na Constituição, e passa a ser o ano. Mais ainda: ele estabelece que as horas trabalhadas além da jornada constitucional em um período podem ser descontadas em outro, não sendo pagas como extraordinárias. Funcionaria como um banco de horas anual. Ora, tal sistema desvirtua completamente o objetivo da fixação de jornadas máximas de trabalho.

Um ser humano submetido por meses a uma jornada extenuante não tem como recompor nem física, nem mental, nem socialmente este longo período de grande esforço, mesmo ficando vários dias com a jornada muito reduzida. Por este sistema, o trabalhador não terá nem a indenização financeira, pois aquelas horas não serão pagas como extraordinárias. As empresas, por outro lado, vão se organizar para concentrar ao máximo a produção em determinado espaço de tempo, com ritmos de produção os mais intensos possíveis, causando o stress e até a morte, como é o caso do karoshi, no Japão.

Redução da jornada para 40 horas semanais é a bandeira dos sindicatos na atualidade

Pelo exposto acima, fica evidente que o governo adota abertamente as teses neoliberais sobre as relações de trabalho. Ele quer o fim da garantia através de leis de direitos

(flexibilização/desregulamentação), redução de encargos sociais para as empresas, fim de obstáculos para a demissão, negociação por empresa sem a intermediação do sindicato, ou sindicato por empresa. Desta forma, procura legitimar os acordos feitos pela Força Sindical em São Paulo, que foram judicialmente contestados e inviabilizados.

O exemplo de outros países, como França, Espanha e Inglaterra, comprova que estas mudanças não aumentam o nível de emprego - em alguns casos, como na Espanha, geram é maior desemprego. Estas medidas retiram dos trabalhadores direitos sociais conquistados durante décadas, representando um retrocesso histórico nas condições de vida dos povos. Não é para menos que alguns países, como os EUA, estão sendo obrigados a aumentar a intervenção estatal para criar obstá-

* Advogado trabalhista e assessor jurídico de diversos sindicatos em São Paulo

culos ao crescimento vertiginoso das demissões.

Para o sindicalismo classista, resta a luta dos trabalhadores em defesa do emprego e dos seus direitos. Além de denunciar o caráter regressivo do projeto de lei do ministro Paiva, é preciso também apresentar propostas concretas para enfrentar o grave problema do desemprego. Entre elas, aquela cuja eficácia foi comprovada historicamente é a redução da jornada de trabalho. Uma interessante iniciativa é a campanha em apoio ao projeto de emenda constitucional de redução imediata da jornada para 40 horas semanais e pelo aumento do adicional de horas extras para no mínimo 75% do valor da hora normal, de autoria dos deputados Inácio Arruda (PCdoB/CE) e Paulo Paim (PT/RS).

“Os artigos da *Debate Sindical* em muito ajudam a desvendar os problemas da atualidade. Numa linguagem acessível e sempre com profundidade, eles contribuem para formar e informar as lideranças sindicais. Hoje, a revista é respeitada pelo conjunto do sindicalismo, independentemente das correntes de pensamento”.

**SINDICATO DOS
SERVIDORES
MUNICIPAIS DE
BELO HORIZONTE
SINDBEL/MG**

**SINDICATO DOS
CONFERENTES DE
CARGA E DESCARGA
DO PORTO DE RIO
GRANDE (RS)**

“A revista *Debate Sindical* é uma trincheira de luta contra o neoliberalismo. Ela é firme e conseqüente na defesa da soberania nacional e dos anseios de classe dos trabalhadores. Merece os parabéns pelos seus dez anos de existência”.

**EM DEFESA DOS
PORTOS BRASILEIROS**

“Elites não têm resposta para drama do desemprego”

O jornalista Clóvis Rossi, membro do Conselho Editorial da *Folha de S.Paulo*, é conhecido pelas opiniões penetrantes que emite diariamente. Polêmico e dono de um texto cristalino, trata sempre de assuntos candentes da política nacional e internacional. Mais recentemente, dedicou-se ao angustiante tema do desemprego. Em abril passado, esteve em Lille, na França, acompanhando a reunião especial dos sete países mais ricos do mundo - o “G-7 Emprego”. Numa áspera crítica, concluiu que no encontro “a teoria econômica liberal derrotou as teses sociais”.

Quais as posições sobre o problema do desemprego que se esboçaram na reunião do G-7 em Lille?

Desde o início se apresentaram duas posições absolutamente contrapostas. Uma do modelo dito americano; outra, do modelo europeu. No primeiro, supõe-se que o desemprego é relativamente baixo, na faixa de 5% ou 6%, mas que existe um forte processo de precarização do salário e das condições de trabalho. Já do lado europeu, o poder aquisitivo e as conquistas sociais dos trabalhadores estão sendo mantidos, mas, em compensação, há um elevadíssimo índice de desemprego.

Diante desse quadro, o presidente da França, Jacques Chirac, no discurso de abertura da reunião, chegou a falar numa solução de terceira via para o grave problema do desemprego. Mas, na prática, o que se viu foi a vitória do modelo americano - o que permitiu ao secretário do Trabalho dos EUA, que morreria no dia seguinte, ironizar, dizendo

que não há primeira, segunda ou terceira via. Há apenas a via certa - a norte-americana. Ele negou, inclusive, que tenha havido essa famosa precarização das condições de trabalho nos Estados Unidos.

No final da reunião, prevaleceu a idéia de que é preciso controlar o déficit público como o único instrumento para gerar empregos - o que eu não vejo como funcionaria na prática. Agora, no Brasil, é difícil transplantar essa discussão de Lille. Primeiro, porque aqui não se tem a proteção social da Europa e tem-se a condição precária de trabalho dos Estados Unidos. Na verdade, nós temos o pior dos dois modelos que supostamente existem no mundo desenvolvido.

Foi um embate entre o *Welfare State* da Europa, com a sua proteção social, e o liberalismo dos Estados Unidos?

E venceu o *Laise Faire* completo, a idéia de que o mercado resolve tudo, o que é lamentável. Eu sempre achei que o modelo de bem-estar social europeu, e estou falando do

norte da Europa, é o que mais se aproxima do ideal. Acho até que não há ideal nenhum, que nenhuma obra humana conseguirá chegar a tal ponto. Mas penso que onde se chegou mais perto disso foi no modelo de proteção social implantado na Europa, que inclusive tem um apoio extraordinário da sociedade.

Você vê a reação recente dos trabalhadores da França às tentativas de se acabar com a seguridade social existente. A mesma reação é apontada nas pesquisas na Suécia, que é provavelmente o país mais avançado da região. Em outros países, onde o índice de desemprego é grande, a chamada social-democracia ainda goza de popularidade eleitoral devido a manutenção da proteção social. Isto demonstra que este modelo tem um apelo popular indiscutível.

Os governantes atuais não enfrentam a ditadura do capital financeiro mundial

Do meu ponto de vista, não há dúvida de que esse caminho - se é que existe um caminho - é melhor do que o americano ou o anglo-saxônico. Nestes países, a precariedade do trabalho é tremenda e a angústia provocada por esta situação não se reflete, necessariamente, nas estatísticas. Você pode ter um índice baixo de desemprego nos Estados Unidos, mas tem um índice elevadíssimo de revolta com a queda do poder aquisitivo e das condições de trabalho. Num de seus discursos, o próprio Clinton afirmou que pela primeira vez nos EUA a geração atual tinha um índice de qualidade de vida inferior a da anterior.

Qual foi exatamente a proposta que vingou na reunião de Lille?

Não diria que venceu qualquer proposta. Porque ali não se tratava de decidir por um modelo a ser implantado. Era mais um fórum de reflexão. No fundo, a tese que venceu foi, mais uma vez, a de empurrar este grave problema com a barriga. Como ninguém têm respostas definitivas, ninguém sabe o que fazer. Além disso, eu acho que hoje todos os

governantes do mundo têm medo, um verdadeiro pânico, de enfrentar o tão poderoso mercado. Na verdade, temem enfrentar o mercado financeiro, que é, de fato, o único realmente globalizado.

Na prática, os governantes atuais preferem empurrar com a barriga para ver se de repente aparece alguém com uma solução mágica. Enquanto isso, todos seguem o caminho dos americanos, elegendo como inimigo maior o déficit público - daí o combate ao Estado de Bem-Estar Social. Nada se fala sobre o enorme poder da oligarquia financeira, ninguém mexe nesse ponto. Todos ficam dependentes da ditadura dos mercados financeiros. Têm medo de enfrentar concretamente e até de falar alguma coisa que possa provocar a famosa reação dos mercados.

Alguns analistas afirmam que a atual avalanche neoliberal é impulsionada exatamente por esta oligarquia financeira, que o neoliberalismo seria a ideologia do capital financeiro ...

Em parte, é isso mesmo. Na cúpula do Desenvolvimento Social, em Copenhague, no ano passado, o prêmio Nobel de economia dos EUA propôs taxar a movimentação das divisas transnacionais. A idéia era a de financiar programas sociais da ONU. Com a globalização dos mercados financeiros, visava colocar obstáculos para que este dinheiro não fosse tão volátil, tão rápido e tão predatório como é hoje. O capital financeiro movimenta um trilhão e trezentos bilhões de dólares por dia. É um negócio inimaginável, feito com uma rapidez fantástica, via satélite, e com um volume de recursos que derruba qualquer governo.

As nações não possuem mecanismos para resistir a um ataque especulativo

O próprio Fernando Henrique já admitiu a necessidade de se criar um mecanismo para resistir a um eventual ataque especulativo contra nossa moeda. Mas nada fez. Eu me lembro de ter perguntado ao presidente chileno sobre as lições do México. Isso em



Cristiana Tramonte

março de 95, sendo que o desastre mexicano ocorreu em dezembro de 94 e as sequelas do “efeito tequila” prosseguiram. Ele mostrou-se impotente. O PIB chileno equivalia a 5% do que se movimenta diariamente no mercado financeiro. Isto dá a dimensão extraordinária do problema. Um país inteirinho, toda sua riqueza, não representa mais do que 5% do que se move por dia nesse mercado. Então, realmente vive-se uma ditadura global do capital financeiro.

Antes de prosseguir nessa linha, um parêntesis, uma curiosidade. Por que motivo o presidente da França, tão identificado com as teses neoliberais, discordou da proposta de desregulamentação apresentada pelos EUA? Se fosse o Mitterrand era compreensível, mas o Chirac ... Teve relação com a greve?

Talvez sim. Mas eu penso que o fundamental é que o Estado de Bem-Estar Social é uma coisa que já está introjetada na alma do europeu, é uma coisa fortíssima. Nenhum governo, qualquer que seja o seu rótulo - conservador, progressista, de esquerda, de direita, de cima ou de baixo -, tem coragem de desmontá-lo de vez. Nem o governo da Thatcher, na Inglaterra. Eu não lembro os números de cabeça, mas sei que mesmo os gastos sociais com a distribuição de comida, dos tais sopões, aumentou no período da Thatcher. Ela não cortou o colchão social.

Ela pode ter feito privatizações adoidado, desregulamentado, quebrado os sindicatos, mas a parte central do Estado de Bem-Estar não foi tocada. Isto porque os europeus de um modo geral, independentemente da ideologia, encaram esse sistema como uma conquista da própria civilização europeia. Então ninguém abre mão, independentemente do que o sujeito pense sobre a presença do Estado na economia etc. Essa rede de proteção social faz parte da cultura europeia. Não é uma questão política, é uma questão cultural mesmo.

O Chirac, como anfitrião do encontro, não tinha como falar abertamente que “vamos demolir tudo isto”. Pode até ser que no fundo ele queira reduzir os tais gastos eventualmente excessivos da seguridade social. Mas ele não tem peito para dizer isso em público. Nem os sociais-democratas brasileiros são capazes de fazer uma defesa tão apaixonada desse modelo como um conservador francês faz. Evidente que a conjuntura interferiu. A greve foi em defesa da previdência social, deixando o governo numa evidente contradição. E esse impasse ainda não se resolveu. Houve concessões mútuas. Os sindicatos cederam um pouquinho e o governo cedeu até mais. Mas a discussão não foi para os penaltis.

ONU, G-7 e outros fóruns mundiais têm patrocinado incontáveis reuniões

para discutir o trauma do desemprego. Mas parece que vinga sempre a tese do jogar com a barriga. Não há soluções a vista para este grave problema?

Não sou especialista nesta matéria, nem remotamente. Só comecei a me interessar pelo tema porque achei que seria o grande assunto do final do século e, talvez, invadisse o próximo. A partir daí, além de ler um monte de coisas, comecei a cobrir eventos internacionais relacionados com o tema. E hoje, após acompanhar uns seis ou sete eventos dessa natureza, percebo que entendo menos ainda do assunto. Isto porque as opiniões vão mudando ciclicamente, não existe um diagnóstico preciso das causas do desemprego.

Os diagnósticos sobre as causas do desemprego são confusos e divergentes

No começo da década, especialistas diziam que a tecnologia não é inimiga do emprego. Depois falaram que a automação em si não causa desemprego, mas que a adaptação ao novo padrão geraria imensos desajustes sociais. Em seguida, ganhou peso a questão do déficit público, que virou palavra na moda. Já na reunião da Organização Mundial do Comércio, em 95, surgiu a idéia da cláusula social. Os países desenvolvidos apontaram como causa do desemprego a concorrência dos que empregam mão-de-obra barata. Só que logo um relatório da OIT desmentiu a tese, mostrando que os efeitos das importações da China, por exemplo, são pequenos.

Eu não tenho uma opinião formada sobre qual é o fator determinante do aumento vertiginoso do desemprego no mundo. Há muita confusão e as divergências são profundas. Mas nessa última reunião do G-7 muito se falou sobre o baixo nível de crescimento da economia mundial, especialmente nos países desenvolvidos. A crise se aprofundou nos últimos 20 anos, o que coincide com a fase das maiores taxas de desemprego na história. Talvez isso seja o começo de uma

resposta. Se a economia está em declínio constante você não consegue gerar empregos na quantidade suficiente. Esse é o meu palpite, puramente empírico.

Daí então a gente volta à questão das políticas financeiras rígidas, das políticas monetárias ortodoxas etc, que evidentemente freiam o crescimento econômico. Voltamos à ditadura mundial do mercado financeiro. Outro dia eu li um relatório sobre os juros no comércio de São Paulo, que é de uns 238%. Uma coisa estúpida, absurda! É o maior do mundo e provavelmente o maior da história brasileira. O mesmo relatório dizia claramente que muitos industriais tinham mais lucros com as aplicações financeiras do que a produção.

Às vezes fico imaginando se eu fosse dono desse prédio da *Folha*, com dez andares e no centro da cidade. Eu poderia vendê-lo e aplicar o dinheiro no mercado financeiro. Não ficaria mais preocupado em tocar um negócio industrial. Não teria problemas com o jornalista que enche o saco, nem com o gráfico, com nada. No fim do mês, o dinheiro cairia na minha conta e dane-se o mundo. Porque vou me preocupar em produzir se ganho dinheiro com os juros astronômicos? É dessa forma que pensam muitos empresários. É uma distorção cultural gerada pelo mercado. Essa coisa de ganhar dinheiro com dinheiro é terrível. Não dá certo a longo prazo. O próprio dono da Toyota admitiu que isso destrói a economia.

Entre o modelo americano e o europeu, você já disse preferir o segundo. Mas há sinais de que o Estado de Bem-Estar Social europeu não tem mais futuro numa economia globalizada, com um mercado restrito e de alta competitividade. Além do aspecto econômico, há o político. Hobsbawm fala que esse modelo foi erguido num "estado do medo", com base no temor das experiências socialistas ...

Como já disse, eu prefiro o caminho europeu. Mas ele não é perfeito e a questão é complexa. O que é melhor, você ter um emprego precário ou não ter nenhum? A rede de proteção na Europa é forte, o que permite que

mesmo sem emprego você possa sobreviver de maneira digna. Lógico que é terrível ficar desempregado. É terrível do ponto de vista psicológico, da convivência familiar etc. Mas lá eu consigo comer e dar de comer aos meus filhos. Não trabalho como escravo, com péssimos salários, sem nenhuma proteção social, em precárias condições.

As explosões de violência nas grandes cidades são reflexos da profunda crise

Quanto a crise do Estado de Bem-Estar Social, essa é uma questão importante. É óbvio que uma parte desse modelo, não sei dizer a proporção, foi construída na base do “vamos dar os anéis, antes que eles tomem os dedos”. Hoje não há mais o Leste Europeu e alguns falam no fim do socialismo. Mesmo assim acho difícil um grande retrocesso, uma tentativa de pegar os anéis de volta. Se não existe hoje a disputa entre capitalismo e socialismo, há o medo da barbárie, da violência indiscriminada, das explosões sem objetivo das massas inorgânicas.

As chacinas em São Paulo ou no Rio de Janeiro são exemplo disso. Mas na França também ocorrem problemas desse tipo. Segundo os franceses, existem hoje áreas que nem o Corpo de Bombeiros consegue entrar. Subúrbios em que a violência é enorme. Eles são basicamente de imigrantes, principalmente do norte da África, das ex-colônias. A primeira geração que migrou veio disposta a fazer qualquer sacrifício com tanto que conseguisse sair da miséria do seu país de origem. Agora, seus filhos e netos, que davam essa proteção social como uma coisa garantida, estão ameaçados de perder tudo. Nessa hora, explodem revoltas.

Em todas as grandes cidades do mundo, seja nas nações desenvolvidas ou não, você tem hoje uma enorme massa de marginalizados. Ela vai crescentemente para a violência, para o crime organizado, é óbvio. Até me admira o cara que trabalha de pedreiro, por exemplo, com um emprego pesado e com um

miserável salário. Seria muito mais fácil ele ganhar dinheiro fazendo um pequeno tráfico de droga. Ele ganharia muito mais. Sob essa ótica, é natural a reação violenta. O cara está excluído totalmente, marginalizado, não conta no tal mercado.

Uma parte dos empresários tem consciência disso, sabe do perigo que corre. Veja o caso de Chiapas. Alguns conservadores afirmaram, o que eu acho exagerado, que aquela revolta gerou o estouro mexicano. Muitos especuladores retiraram seu dinheiro do México. Esses caras querem um mínimo de estabilidade, não importa em que condições sociais. E essa turbulência, seja a ligada à criminalidade comum ou à violência revolucionária, assusta esse pessoal. Pode não ser tanto quanto a perspectiva de instalação de uma República Socialista, mas assusta.

Hoje, cresce a percepção de que a miséria nos países periféricos, especialmente na África, faz com que essas pessoas busquem a sobrevivência em outras partes do mundo. De que nem construindo 350 mil muros de Berlim, vai se impedir esse êxodo. As estatísticas de imigração na Alemanha indicam a presença não só do pessoal da antiga Iugoslávia, mas de centenas de milhares de famintos de Gana. Da mesma forma, há milhares de brasileiros de Governador Valadares nos Estados Unidos. Então, um dia, alguém vai perceber que “ou a gente faz alguma coisa ou eles vêm buscar o que é nosso”. O que torna a situação desesperadora é que o capital financeiro, essa ditadura, não é sensível à gravidade da situação.

O modelo de precarização do trabalho dos EUA tem os efeitos mais dramáticos

No que se refere ao desemprego, o modelo americano teria algo de positivo no tratamento da questão?

Não! De jeito nenhum. A situação da distribuição de renda nos EUA só piorou nos últimos anos. Ela é dramática. Todos os setores da economia estão deteriorados. As ci-

dades são explosivas. Los Angeles é tão violenta quanto Johannesburgo em consequência do apartheid. Há inúmeros bairros em que a polícia nem pisa. Eu entrevistei um governador, não me lembro de que Estado, que mostrou que as diferenças de renda e das condições sociais da camada pobre eram inferiores até de alguns países africanos tidos como símbolos de degradação. É óbvio que o governo dos EUA não vai admitir jamais que a situação é tão grave assim.

Antes de falar sobre o Brasil, como você analisa a bandeira da redução da jornada de trabalho? Os sindicatos têm proposto as 40 horas semanais. Ela estaria na ordem-do-dia? Seria uma medida para amainar o problema?

Eu não me atreveria a dizer que ela está na ordem-do-dia. Ela ainda arranha o caminho para chegar lá. Ela tem sido cada vez mais discutida, cada vez mais mencionada. Há inclusive decisões concretas nessa direção. A Volks da Alemanha já fez dois acordos sucessivos em que a redução da jornada de trabalho foi introduzida. Enfim, é uma discussão cada vez mais presente. Penso que é uma proposta boa, que ajuda a conter o desemprego. Não resolve o problema em definitivo, mas serviria como um paliativo imediato.

O problema todo vai ser em que condições ocorrerá a redução da jornada? Se também haverá redução do salário, em quantos por cento, com flexibilização da jornada etc. Essa discussão já se dá nos fóruns mundiais. Mas é preciso dizer que no Brasil a realidade é diferente. Em alguns países pode até ser que exista alguma margem para negociar cortes, alguma gordura. Lógico que não sob a ótica liberal, que quer jogar fora a água suja do banho junto com a criança.

Agora, no Brasil, essa discussão nem cabe. Não se construiu nada de proteção social nos 500 anos desde o descobrimento. Como então discutir redução de encargos ou de salário. Não se tem nada para oferecer em troca. Pelo contrário. Deveria se discutir o aumento dos encargos para construir um sistema de seguridade parecido com o europeu. É maluca toda essa discussão sobre cortes no

Brasil. Só se cortar direto no osso, porque nem carne existe. Só tem osso.

A proposta do governo FHC de contrato temporário e de redução dos encargos sociais seguiria o tal modelo americano de desregulamentação?

Acho que sim. Eu sou um pessimista por natureza. Acho que no Brasil tudo o que pode acontecer de ruim acontece inevitavelmente. A mania de imitar os EUA, em todos os terrenos e sem discutir conteúdo ou alternativas, é tão formidável que fica difícil discutir um outro caminho. Teoricamente somos de colonização européia, mas na prática somos uma colônia americana.

A elite brasileira sempre foi predatória e a redução dos encargos só dará mais lucro

É evidente que a proposta de redução dos encargos não criará empregos no país. Até pela nossa história, só vai aumentar o lucro do empresário. Está provado que a elite brasileira é predatória desde a colônia. Imaginar que por altruísmo vai se fazer alguma coisa nessa área, é contrariar a história do país, não só a antiga como a recente. Não tem outro jeito. O governo precisa atuar diretamente na economia, não digo como produtor, mas ao menos como regulador. Não dá para deixar tudo por conta do mercado, da iniciativa privada. Para ela não interessa privatizar a energia elétrica do sertão, mas apenas comprar o que dá lucro.

Os neoliberais elegeram o mercado como Deus, mas FHC diz que esse negócio de neoliberalismo é nhenhém. Como você caracteriza o atual governo?

Recentemente, o próprio Clóvis Carvalho, que é um dos principais assessores de Fernando Henrique, admitiu que o governo não tem paixão pela questão social. Lembro de um livro do psicanalista Roberto Freire, que diz que sem tesão não há solução. Evidente que não se vai resolver os graves problemas sociais da noite para o dia. Mas esse governo tinha todas as condições políticas para encarar de frente esta tragédia. Só que

ele nada fez neste um ano e meio de mandato. Preferiu fazer essa coisa medíocre das reformas, sem esculhambar com as elites.

Eu diria que ele, assim como todos os outros governantes de hoje em dia, só faz flexões diante do altar do mercado. Ninguém peita o capital financeiro, todos se dobram ao Deus mercado. Alguns ainda resistem e nem por isso são eliminados do mapa. É o caso do Chile, onde há barreiras ao capital privado, a quarentena, e a situação do país melhorou um pouco. O que mostra a besteira da frase do Fernando Henrique de que o Chile melhorou durante o regime militar. No período do Pinochet, o PIB do país teve uma queda de 12%, um recorde só ultrapassado pelas nações em guerra civil na África e na América Central. Aquela afirmação não foi honesta historicamente. Pode apenas ter tido outro significado.

Uma última questão, que fica a seu critério responder. Essa crise violenta de desemprego não recoloca o velho dilema capitalismo ou socialismo? Afinal, o sistema em vigor não tem sido capaz de resolver esse grave problema.

Não sei. Seria muita pretensão da minha parte responder essa questão. O Roberto Campos, que é um conhecido defensor do liberalismo, participou há algum tempo atrás de uma entrevista na TV Bandeirantes e eu era um dos entrevistadores. Ele veio com o discurso de sempre, de que toda a culpa é do comunismo e por aí vai. Até que me encheu

o saco e eu falei: “Olha deputado, essa briga vocês ganharam e não adianta o senhor ficar atacando de novo com o comunismo. Esse campeonato é seu. Agora, o que o senhor tem que me provar, e não conseguiu até agora, é se o capitalismo é capaz de incluir a massa de marginalizados na sociedade”.

Eu não sei se o capitalismo pode vir a resolver os graves problemas sociais da atualidade, incluindo o desemprego. Sou um mero repórter, com milhares de dúvidas e nenhuma certeza. Como já disse, os vários fóruns em que participei só me confundiram. Agora, eu acho que a questão do socialismo não está morta como andaram falando. Há algum tempo, tive uma conversa de corredor com o embaixador Rubens Ricupero, em Genebra. Deixando de lado o caso da parábólica, ele é um homem muito preparado, culto. Está num posto extraordinário de observação, num organismo mundial, com centenas de pessoas pesquisando para ele.

Nessa conversa, ele me disse que o socialismo é o único sistema que tem futuro. Acho que ele nem chegou a escrever isso, mas me lembro que para ele a crise do socialismo não tinha sido a última palavra sobre o assunto. Talvez o modelo do chamado socialismo real tivesse sucumbido. Mas ele não descartava que a última palavra nessa briga entre capitalismo e socialismo ainda não tinha sido dada. Se ele acha isso, quem sou eu para contestar. Eu tenho muitas dúvidas também sobre isso. Essa é uma das questões que me angustia, que me instiga.

* Entrevista concedida ao jornalista Altamiro Borges

 **“Como trabalhadores da educação, conhecemos a força da informação e da formação. Sabemos da importância da luta de idéias - principalmente no atual estágio da luta de classes no mundo. Revistas como a *Debate Sindical*, incansável defensora dos interesses dos trabalhadores, tem papel decisivo na atualidade”.**

**ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES
LICENCIADOS DA BAHIA - APLB/SINDICATO**



Novos desafios políticos e organizativos do MST

João Pedro Stédile *

Desde julho de 1995, com a realização do 3º Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que reuniu 5 mil delegados em Brasília e realizou um protesto massivo pelas ruas da capital federal, entramos numa conjuntura em que a reforma agrária obteve maior espaço na mídia nacional. Seguiram-se outros fatos muito importantes que mantiveram o tema em destaque e que colocam novos desafios para o MST.

Lamentavelmente os massacres de Corumbiara e de Eldorado do Carajás contribuíram para que a opinião pública se indignasse contra a ação repressiva das PMs e fazendeiros e com a incompetência e má vontade dos governos federal e estaduais. De maneira geral, pode-se dizer que a reforma agrária voltou a estar no centro da luta política do país pela conjugação de vários fatores. Entre eles destacam-se:

1- A política econômica neoliberal, que agravou a crise social nas cidades e na agricultura, aumentando o desemprego, os excluídos e a falta de perspectivas para milhares de trabalhadores; 2- A persistência da luta

pela terra levada a cabo pelo MST e por outros movimentos sociais, que de certa forma nos últimos dez anos tem mantido uma longa luta sem tréguas; 3- A falácia da propaganda oficial, que mostrava promessas de reforma agrária e assentamentos, mas que na prática não os realizava; 4- As deficiências do movimento operário e das lutas urbanas, que ficaram aplastadas pelo medo do desemprego, o que acabou deixando espaço para que as lutas dos camponeses obtivessem maior relevância.

Esses elementos colocaram a reforma agrária no centro da luta política e a recolocaram como uma questão nacional e não

apenas dos sem-terras. No entanto, apesar das mobilizações e do apoio da opinião pública, essas lutas ainda não foram suficientes para alterar significativamente a correlação de forças políticas na sociedade e no governo. Apesar de acuadas pela opinião pública, as elites conservadoras e o governo ainda detêm a maior parcela de força e continuam dando as cartas na política agrária de acordo com os seus interesses.

Por isso, o MST considera que se conseguiu avançar bastante em relação à situação anterior, mas que não devemos nos iludir com a existência de uma correlação de forças favoráveis a nós. Daí a necessidade de compreender com exatidão a situação que vivemos para poder estabelecer nossas metas e objetivos com realismo. Diante desse novo quadro da conjuntura, pode-se dizer que o MST está vivendo novos desafios para lograr avanços ainda maiores na correlação de forças. Resumidamente pode-se dizer que existem desafios externos e internos.

O desafio de mobilizar toda a sociedade, em especial os trabalhadores urbanos

Consideram-se desafios externos do MST aqueles relacionados com toda a sociedade e que não dependem apenas de nossa força ou de nossa capacidade organizativa. Assim, nesse momento, a sociedade brasileira tem demonstrado claramente um apoio político à necessidade da reforma agrária. Foram realizadas várias pesquisas de opinião pública e todas elas indicam que em torno de 80% da população apóia a reforma agrária. Outros indicadores apontam que a maioria acredita no MST e em nossas formas de luta e crítica a inoperância e a falta de vontade política do governo de realizar a reforma agrária.

Nosso desafio atual é não só manter esse apoio da opinião, mas desenvolver um processo de conscientização massivo que leve a sociedade a se manifestar, a se mobilizar. A opinião é importante, mas por si só não altera a correlação de forças. É necessário que a

sociedade, e em especial a classe trabalhadora que vive nos grandes centros urbanos, mobilize-se pela reforma agrária.

Nesse sentido, nossa tarefa será a de conseguir mostrar para as amplas camadas da população, formadas pelos trabalhadores e pelos pobres em geral, que a reforma agrária é uma luta de todos. Não no sentido de pedir apoio para a causa dos sem-terras. Mas no sentido de mostrar que hoje o problema agrário que persiste no meio rural atinge toda a sociedade. Que muitos problemas que acontecem nas cidades e com a classe trabalhadora (falta de emprego, fome, êxodo rural, marginalidade social, falta de perspectivas de uma economia totalmente voltada para os interesses do capital estrangeiro) estão intimamente ligados com a questão agrária.

Portanto, a reforma agrária como uma solução para o grave problema agrário do país trará benefícios para toda a classe trabalhadora e não apenas para os sem-terras. E, sobretudo, é preciso provar que a atual situação econômica de dependência do nosso país e de implantação da política neoliberal pelas elites subservientes coloca a reforma agrária no centro da necessidade de um novo modelo de desenvolvimento. Um modelo baseado numa economia nacional e voltado para os interesses da maioria.

Ou seja: a possibilidade que o povo brasileiro tem de se reconstruir como nação independente, de reconstruir uma economia nacional voltada para os interesses e o bem-estar social das amplas maiorias, passa necessariamente pela reorganização da agricultura e pelo uso dos recursos naturais de nosso país, que são abundantes. E para isso será necessário realizar uma reforma agrária ampla e massiva.

Junto a esse desafio mais geral está colocado o de que a classe trabalhadora urbana incorpore em suas mobilizações a questão da reforma agrária. É preciso conseguir juntar os movimentos camponeses e os movimentos sociais das cidades, sejam sindicais ou populares, reascendendo o ânimo das massas e realizando grandes mobilizações para enfrentar essa política econômica neoliberal.

Não podemos nos acomodar com a avaliação simplista de que os movimentos de massa estão em refluxo, de que o desemprego deixa a classe operária acuada. É necessário reacender a chama de esperança e de luta das massas. Somos milhões de explorados, de pobres, de excluídos. E é possível construir um amplo movimento de massas no Brasil, apesar do fantasma do desemprego.

Superar o corporativismo e multiplicar os quadros: as metas internas do MST

O MST tem se autodefinido como um movimento de massas, que reúne simultaneamente três características fundamentais: popular, sindical e política. Nossas tarefas na luta pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais no país são gigantescas e exigem capacidade cada vez maior para enfrentar os problemas da luta de classes e da conjuntura política.

Nessa perspectiva, nossas discussões internas nos apontam para a necessidade de dedicarmos nossos melhores esforços para superar dois grandes desafios internos. O primeiro deles é o desafio da organicidade. Significa que como movimento de massas, além das mobilizações de massa e das diferentes formas de luta que temos empregado, é necessário ir construindo uma organicidade, uma capacidade organizativa permanente, que consiga ir acumulando as conquistas obtidas e ir construindo esse movimento rumo aos nossos objetivos estratégicos.

É essa capacidade organizativa, desde nossa base nos acampamentos, assentamentos e municípios, que permite romper as visões corporativistas, que muitas vezes predominam na base e que levam os traba-

lhadores a lutarem apenas por terra para si e pela solução de seus problemas imediatos. Nenhum movimento corporativo tem futuro. A luta pela reforma agrária exige movimentos de massa com capacidade organizativa que rompam o corporativismo.

O segundo grande desafio que temos é o da formação e multiplicação de nossos quadros. E quadros no sentido amplo da palavra. É a necessidade de termos companheiros preparados para as diferentes tarefas técnicas e políticas que a luta pela reforma agrária exige e que permite fazer avançar a capacidade organizativa do movimento de massas. Sem a multiplicação permanente dos quadros nenhum movimento de massas se sustenta.

Os quadros são como a espinha dorsal que mantêm os membros e o corpo social ativos. Sem os quadros, as lutas e os movimentos viram esporádicos, momentâneos, não acumulam experiência e nem capacidade organizativa. É por isso que o MST, no seu último encontro nacional realizado em Salvador (Bahia), colocou que a prioridade para o nosso avanço organizativo e de massas depende cada vez mais de nossa capacidade de formas e multiplicar os quadros.

Esperamos com esse esforço cotidiano de enfrentamento desses desafios externos e internos ir criando as condições para a construção de um amplo movimento de massas. Pois no MST estamos convencidos por toda a experiência histórica da classe trabalhadora de que somente a força das mobilizações de massa consegue alterar a correlação de forças na luta de classes e fazer avançar rumo às nossas conquistas históricas. Conquistas que representem melhorias permanentes nas condições de vida de nosso povo, com justiça social e uma sociedade realmente democrática, no sentido de que o poder seja efetivamente exercido pelas maiorias.

* Integrante da coordenação nacional do MST

O que há por trás da chamada “crise do Estado”

Luis Antonio Paulino *

O termo “crise do Estado” definitivamente entrou para a agenda política. Nos diversos fóruns sindicais, ele é citado como mais um motivo de preocupação entre os trabalhadores. Na sua esteira estão os debates sobre as reformas da previdência e administrativa propostas pelo governo FHC e mesmo as propostas do movimento “Custo Brasil”. A primeira questão que se coloca, entretanto, é a seguinte: o que de fato se quer expressar quando se utiliza tal expressão.

Preliminarmente é importante esclarecer que a mesma expressão é frequentemente utilizada para expressar duas coisas diferentes. O primeiro dos significados correlaciona os diversos significados associados à palavra “crise” à palavra “estado” enquanto “modo de existir da sociedade”.

Nesse caso poderíamos dar à expressão os seguintes significados: dúvida e incerteza quanto ao modo de existir da sociedade; fase difícil marcada por dificuldades, faltas, penúrias quanto ao seu modo atual de existir; ponto de transição, marcado por tensões e conflitos, ruptura de equilíbrio, de padrões tradicionais de organização que perturbam a organização de alguns ou de todos os grupos que a integram. A expressão “crise do estado” quando expressando as idéias acima se traduz correntemente e de forma genérica no

termo “**crise do Estado de Bem-Estar Social**”.

Entretanto, quando associamos à mesma palavra “crise” em suas diversas acepções a palavra “Estado”, significando “nação politicamente organizada”; “organismo político administrativo que, como nação soberana ou divisão territorial, ocupa um território determinado, é dirigido por governo próprio e se constitui pessoa jurídica de direito público, internacionalmente reconhecida”, estamos expressando dúvidas sobre a capacidade futura do “Estado-nação” manter-se como unidade básica da geopolítica e componente essencial no complexo jogo das relações internacionais. O termo usual, associado a esse outro significado, é o de “crise do Estado Nação”.

Para evitar confusões entre essas duas possíveis abordagens sobre a “crise do Esta-

do” trataremos de cada uma delas separadamente.

A grave crise mundial do capitalismo põe em cheque o “Estado de Bem-Estar Social”

A crise do chamado “Estado de Bem-Estar Social” se desdobra num conjunto de outras tantas crises: crise da previdência social; crise do ensino público; crise da saúde pública etc. Por trás delas está a incapacidade financeira do Estado de destinar recursos econômicos para o atendimento dessas diversas áreas, ou, resumidamente, **a crise fiscal**. E o que está por trás da crise fiscal?

Basicamente, o estreitamento da base dos contribuintes, a diminuição de sua capacidade contributiva, e a expansão da base dos que tem, ou ao menos teoricamente teriam, acesso aos benefícios. Essa diminuição da base de contribuição tem, por seu turno, atrás de si, dois outros fenômenos. O primeiro é a contração da lucratividade das empresas[1], que têm levado a um crescente questionamento da carga de impostos.

A recuperação da lucratividade das empresas está na base de todas as reformas neoliberais levadas a cabo nas últimas duas décadas. A idéia que tem inspirado as reformas de caráter neoliberal e posto em cheque uma série de conquistas sociais é a de que o chamado “Estado de Bem-Estar Social” estaria sufocando o sistema capitalista, seja pela compressão da taxa de lucro provocada pela carga fiscal cada vez maior, seja porque o sistema de proteção social subjacente a essa forma de organização social desestimula a concorrência e entorpece a dinâmica capitalista. O retorno aos cânones liberais do “laissez faire” seriam um forma de devolver ao sistema capitalista a vitalidade perdida.

O segundo é a diminuição do número de empregos e, portanto, do número de pessoas que contribuem para a manutenção dos sistemas de previdência social. À expansão da base dos que, aos menos teoricamente, teriam acesso aos benefícios do “Estado-Pre-

vidência” está associado em primeiro lugar o aumento das taxas de desemprego. O número de pessoas que, nos países desenvolvidos, não encontram ocupação, é, em média, 10% da população economicamente ativa. Tal valor, há pouco mais de 10 anos, não passava dos 5%. Na Espanha, a taxa de desemprego é 23,9%.

Mesmo nos chamados “mercados emergentes”, que experimentam taxas de crescimento econômico superior à média mundial, a pressão competitiva de uma economia mundial cada vez mais aberta leva a que se adotem tecnologias poupadoras de mão-de-obra, de forma que um maior nível de atividade econômica não leve necessariamente à criação de mais empregos. Até mesmo no Japão, popularizado como país com garantia de emprego vitalício para parcela expressiva dos trabalhadores, o pleno-emprego já é coisa do passado. Embora as estatísticas oficiais falem em desemprego de 3%, diz-se que, na realidade, anda pela casa dos 9%.

Outro fator que levou à expansão da base dos possíveis beneficiários do sistema foi a universalização dos direitos sociais básicos. Mesmo em países como o Brasil, que não é exatamente um modelo de “Estado de Bem-Estar Social”, esse processo se verificou. A Constituição de 1988 universalizou o direito de atendimento à saúde e estendeu os benefícios da previdência social aos trabalhadores do campo e a todas as pessoas com mais de 65 anos de idade, independentemente de serem contribuintes ou não.

A contra-face da cruzada neoliberal pela diminuição da carga tributária é a pressão por “reformas do Estado” de forma a desobrigá-lo de garantir o acesso universal ao atendimento social básico. No mundo todo estão em curso reformas nos sistemas de proteção social, todas elas visando restringir o acesso universal aos benefícios. No Brasil, a “moda” é condicionar a continuidade da estabilidade de preços obtida com o Plano Real à realização dessas reformas, única forma de resolver a crise fiscal sem afetar a lucratividade das empresas pelo aumento da carga tributária, o que poderia levar a pressões inflacionárias.

A chamada "globalização" da economia questiona as bases dos Estados nacionais

Hoje se verifica em todo o mundo uma crise efetiva do Estado-nação. Para a falta de independência e o relativo enfraquecimento dessas unidades nacionais tem contribuído o surgimento de novas forças, criadas pelas descobertas tecnológicas do século XX, que têm o poder de moldar a economia mundial independentemente da vontade deste ou daquele governo.

Essas forças, como destaca recente artigo publicado pela revista inglesa "The Economist" [2], assumem três formas principais, as quais ajudam a corroer a autonomia do Estado-nação. Na economia, o baixo custo e as facilidades de transportes de mercadorias de um ponto a outro do globo; na área militar, a obsolescência dos sistemas convencionais de defesa; e, finalmente, a revolução da informação. Cada uma delas, a seu modo, minam a crença na auto-suficiência, abalam a auto-confiança e borram os traços distintivos entre as nações.

No centro desta crise está a questão da "globalização" da economia mundial. O domínio de um pequeno grupo de grandes em-

presas com atuação globalizada leva a que as diferentes regulações nacionais se constituam em obstáculos ao planejamento global desses grandes conglomerados. Para tais empresas, as decisões locais de suas unidades produtivas, o estabelecimento de uma rede estável de fornecedores de insumos e produtos, bem como as estratégias de marketing, serão tão mais otimizadas quanto menos obstáculos de natureza política e administrativa se colocarem à sua atuação.

O comércio internacional de mercadorias vem crescendo a taxas muito superiores à da produção mundial e é dominado, cada vez mais, pelos fluxos intra-firma[3]. As decisões de importar ou exportar estão cada vez mais condicionadas pela lógica microeconômica das empresas que por decisões macroeconômicas dos países. As inovações eletrônicas na área da movimentação do dinheiro também contribuem para colocar em cheque os Estados nacionais.

Por um simples apertar de botão, enormes massas de capitais são transferidos de um país para outro. Só no mercado de câmbio, movimenta-se por dia cerca de 1,3 trilhão de dólares. Tal liberdade e agilidade nos fluxos financeiros acaba condicionando a forma e a capacidade dos governos formularem políticas, uma vez que ao menor deslize



Cristiana Tramonte

os mercados imediatamente os punem, retirando seus capitais quase instantaneamente.

Os outros fatores mencionados acima, a obsolescência dos sistemas convencionais de defesa e a revolução da informação, também contribuem para a fragilização dos Estados nacionais. O primeiro corrói a antiga autoconfiança do Estado-nação, que se sentia seguro em sua independência. A informação em tempo real proporcionada pelas novas tecnologias na área da transmissão de dados e informações faz com que as pessoas saibam muito mais umas das outras. Se dê um lado percebem com mais clareza suas diferenças, por outro, tais diferenças tornam-se cada vez menores. Grandes empresas internacionais de comunicação estabelecem padrões globais na produção da indústria cultural quanto a valores, gostos e costumes nas mais diferentes áreas da atividade humana.

Se todas essas forças colocam em cheque o velho Estado-nação, a pergunta que fica no ar é a seguinte: Existe a curto prazo a perspectiva de que um outra instituição de abrangência política e territorial mais ampla venha a tomar seu lugar? Talvez o que haja de mais parecido nesse rumo é a tentativa européia de ultrapassar a barreira da simples integração comercial e evoluir para uma maior integração não só econômica como também política. Perseverarão nesse rumo? É difícil dizer. Cada vez que se aproximam de passos importantes para concretizar a integração, as dificuldades parecem se agigantar.

O Estado-nação enquanto formação histórica está muito longe de acabar

Provavelmente, muito tempo se passará até que ingleses, franceses e alemães deixem de sentirem-se ingleses, franceses e alemães para sentirem-se, antes de tudo, "europeus". Se as dificuldades entre os 15 países da União Européia, que se parecem muito entre si, são tão grandes, o que dizer quando juntamos países com níveis de desenvolvimento tão diferentes como Estados Unidos e México?

Tome-se o exemplo do Quebec, no Canadá, para perceber que as coisas são bem mais complicadas do que aparentam. O fato de uma parcela da população canadense não falar a língua inglesa tem sido motivo para que não se sintam canadenses e aspirem à formação de um Estado nacional independente no território onde vivem.

A verdade é que o Estado-nação enquanto formação histórica está muito longe de acabar. Mais do que isso. É preciso ter consciência de que as diferenças sociais e econômicas que se estabelecem entre os homens no processo de produção e apropriação da riqueza, têm não somente um componente de classe, mas um componente locacional, geográfico, muito bem definido. A divisão e os conflitos sociais se dão não apenas em termos de classes sociais. Esses conflitos se refletem no espaço. As grandes corporações multinacionais não abrem mão do abrigo seguro de seus países de origem. No processo de acumulação e concorrência intercapitalista, regiões inteiras do globo acabam vítimas do processo desigual de desenvolvimento e de acumulação de riqueza.

Para os povos que ali se situam, a instituição do Estado nacional, enquanto poder político soberano reconhecido internacionalmente como o legítimo representante das populações que vivem nesses espaços, dificilmente deixará de cumprir um importante papel enquanto instrumento de luta para redução das desigualdades econômicas e sociais. Da mesma forma que para os países dominantes no cenário mundial, o Estado-nação continuará a ser instrumento fundamental para a defesa dos interesses econômicos das empresas sediadas em seu território.

Veja-se por exemplo o papel que o governo americano desempenhou recentemente para a aprovação da nova Lei de Patentes no Brasil, que era de interesse quase exclusivo das grandes multinacionais americanas de medicamentos. Ou as pressões que exerceu para que o governo brasileiro entregasse o contrato de fornecimento de tecnologia para o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) a uma empresa americana, a Raytheon. Ou ainda as intensas articulações levadas a

cabo pelo Departamento de Estado dos EUA para que empresas americanas fabricantes de armamentos ganhem concorrências para o fornecimento de aviões militares às forças armadas dos países do terceiro mundo.

Está claro, portanto, que essa instituição está muito longe de tornar-se politicamente obsoleta. Tal fato, entretanto, não deve obscurecer nossas observações iniciais quanto às crescentes dificuldades dessa instituição - principalmente nos países sem poder econômico, militar e financeiro - jogar um papel político de maior peso.

Tais dificuldades se traduzem no plano objetivo pelo engessamento dos estados nacionais quanto a possibilidade de fazer políticas autônomas. As mesmas forças que moldam a economia globalizada forjam a superestrutura institucional e jurídica que a legitima. O recente encerramento da Rodada Uruguia do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), que culminou com a formação da Organização Mundial de Comércio (OMC), foi um passo definitivo nessa direção. Não menos importantes são as reformas institucionais que vêm ocorrendo no país visando adaptá-lo a essas novas demandas.

NOTAS

- 1- Quando se observa a evolução da taxa de lucro líquido das empresas nas seis economias mais ricas do mundo, entre os períodos 1965-1969 e 1982, verifica-se o seguinte: nos Estados Unidos ela cai de 21,7% para 4,2%; no Japão caiu de 33,5% para 14,3%; na Alemanha, de 14,8% para 8,1%; na França, de 14,0% para 13,3%, depois de ter atingido 22,6% em 1973; no Canadá, de 11,9% para 6,0% (Ver **Perspectives Économiques de l'OCDE**, julho de 1983). As razões para esse processo foram discutidas pelos diversos autores resenhados em: Paulino, Luís Antonio, **O Projeto de Integração Competitiva**, Tese de Mestrado, 1992, EAESP/FGV, São Paulo.
- 2- O referido artigo, cujo título é "O Estado-nação ainda longe de acabar" foi publicado no jornal **Gazeta Mercantil** no dia 19 de janeiro de 1996.
- 3- A esse respeito, Vivianne Ventura Dias destaca o seguinte: "De acordo com o Relatório Econômico do Presidente Clinton de 1994, o comércio intrafirma representou 46,3% das importações dos Estados Unidos provenientes da Europa, 75% das importações provenientes do Japão e 45% do total das importações daquele país" (Dias, Vivianne Ventura, 1996, p.59).

BIBLIOGRAFIA

- Baumann, Renato (org.). **O Brasil e a Economia Global**. Editora Campus, 1996, Rio de Janeiro.
- Dias, Vivianne Ventura. **O Brasil entre o Poder da Força e a Força do Poder**. In: Baumann, Renato (org.), 1996, Opus cit.

* Engenheiro, mestre em administração pública pela EAESP/FGV-SP e doutorando em econômica pela Unicamp.

SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MARÍLIA (SP)

"A revista *Debate Sindical* já é conhecida pela profundidade e amplitude dos artigos publicados. Ganhou respeito e admiração entre os trabalhadores e a intelectualidade progressista do país. É uma ferramenta importante e indispensável para o avanço do sindicalismo classista. Parabéns!"

Cobas da Itália: uma forma de resistência

A Debate Sindical publica, a seguir, um depoimento de significado importante para a classe trabalhadora e o sindicalismo de esquerda no Brasil. Trata-se de uma narração sobre o movimento denominado de Cobas-Comitato di Base, que nasceu durante a década de 80, na Itália, como resposta à moderação e ao enorme apego institucional de parcela significativa do sindicalismo italiano, que padecia crescentemente daquelas fortes limitações.

Gibi Malabarba, que é operário da fábrica Alfa-Romeo de Milão e militante vinculado ao Partido da Refundação Comunista (dissidência de esquerda do antigo PCI, além de outras tendências da esquerda italiana), mostra-nos criticamente elementos da reestruturação produtiva ou, se preferirmos, da constituição do “toyotismo” ou do “modelo japonês” na Itália.

E, ao contrário de uma aceitação acrítica destas tendências, como tem sido frequente em tantas lideranças sindicais, ele o faz de maneira áspera, denunciando inúmeros pontos, dos quais são exemplos: a falácia do “participacionismo” sindical dentro da ordem; o envolvimento e a submissão dos sindicatos de empresa; a fragmentação do operariado; o rebaixamento salarial e a intensificação da exploração do trabalho sob influxo tecnológico, entre tantos outros.

Membro da SLAI-Cobas (Sindicato dos Trabalhadores Auto-Organizados Intercategorias-Comitês de Base) e ex-dirigente regional dos metalúrgicos da CGIL (Confederação Geral Italiana de Trabalhadores), Gibi faz, ainda, um breve relato dessa experiência: “uma espécie de movimento pelo reestabelecimento dos conselhos de fábrica democraticamente eleitos”, contrários ao “monopólio burocrático da representação das centrais” e que visa a “retomar a idéia do sindicalismo classista, eleito pelos trabalhadores”.

*Numa década com muito mais tensões sociais que o da era da participação e da negociação dos anos 70/80, esse depoimento mostra, para os trabalhadores brasileiros, que nem tudo pela Europa é subordinação. Como, aliás, a recente greve dos trabalhadores franceses, de resistência e combate às reestruturações neoliberais, também veio confirmar (Ricardo Antunes *).*

Partindo da sua experiência, como você analisa a reestruturação da indústria automotiva italiana?

Eu entrei na fábrica em meados dos anos 70, quando era ainda uma empresa estatal. Ela produzia carros do segmento médio-alto, não populares. A Alfa Romeo, como em geral a Fiat na Itália, estava no momento da

máxima expansão do sistema taylorista-for-dista, ao final de 25 anos de forte crescimento. A classe operária constituía o que denominávamos de “operário-massa”, que foi o centro das importantes mobilizações de 68/69/70 (que chegaram até 76/77).

Entreí no final deste ciclo de lutas que correspondeu ao grande ingresso de trabalhadores na produção de massa. Foi o momento em que a patronal, seja estatal ou privada, enfrentava a primeira crise de superprodução dos anos 1973-74. Apesar de ser conhecida como a “crise do petróleo”, ela não tinha a ver com o petróleo ou com o poder dos sheiks árabes. Foi o primeiro problema enfrentado na produção em massa de automóveis e em outros setores industriais.

A Fiat, mais do que Alfa Romeo, tentou dar uma resposta de tipo tecnológico ao problema de superprodução. Foi o momento da introdução do Digitron, Lam e Robotgate, que são três elementos de produção mais ou menos automatizados. Isto no período de 76-78. Esta resposta tem seu momento mais alto na planta da Fiat que começa a funcionar em 1980, em Cassino. Foi a fábrica mais automatizada da Europa. Era a tentativa da patronal de dar uma resposta final, pan-tecnológica, de praticamente substituir o trabalho vivo pelo morto. Esta automatização muito forte encontrou dificuldades. A primeira fase da reestruturação ocupará da segunda metade dos anos 70 até 1982.

A correlação de forças entre a classe operária e as empresas, expressando o ciclo anterior de lutas muito fortes, ainda era favorável à classe operária. Nesta fase da reestruturação não se conseguiu quebrar a luta operária, mas levou a uma forma de compromisso, tal que os trabalhadores que estavam “sobrando” na produção não eram demitidos, mas entravam no regime de *cassa integrazione*. Havia um afastamento do posto de trabalho, mas se mantinha uma remuneração equivalente a 80% do salário, com a possibilidade de reinserção na fábrica. Este fenômeno aconteceu por toda parte. Foi uma fórmula de compromisso porque a classe operária sofreu um golpe forte, mas a patronal era

obrigada a oferecer um amortecedor para garantir a tranquilidade social.

A Fiat tentou nesse período ir mais longe. Em 1980, tenta demitir 23 mil trabalhadores em Turim. Depois de uma luta muito forte, a demissão foi transformada em *cassa integrazione*. Esta fase da luta termina em 1982-83. Até então, não somente na indústria automotiva, mas na maioria dos setores, aplica-se esta *cassa integrazione* no processo de reestruturação, de inovação tecnológica. Muitos pensaram que a resposta tecnológica poderia ser uma forma de parar a força do movimento operário, mas se transformou apenas num compromisso.

**O modelo toyotista na Fiat
é introduzido na base do
“eu ordeno, você participa”**

De 84 até o final da década há uma pequena recuperação econômica e praticamente não surgem novas idéias. Até que em 89 a Fiat elabora um novo plano num seminário muito importante que devia se manter sob sigilo. Mas o jornal de esquerda *Il Manifesto* reproduziu a exposição de Cesare Romiti, o segundo na hierarquia da empresa. Nela, ele praticamente faz uma autocritica do modelo pan-tecnológico de Casino, que não teve bons resultados, não sendo capaz de envolver os trabalhadores, de obter sua participação. Aí se traduz no italiano o modelo toyotista, numa fórmula que nós caracterizamos assim: onde o toyotismo diz “participação”, a Fiat diz “eu ordeno, você participa”.

Assim, não ocorre uma aplicação perfeita do toyotismo, mas muitas formas são as mesmas. E como isso acontece? Em 1990 há um acordo, o mais importante da Itália, na busca de uma alternativa ao impasse da técnica. É o acordo de Melfi, cidade do sul da Itália onde vai ser construída até 1993 uma nova fábrica Fiat, já sob o modelo toyotista. Ele se dá entre as centrais sindicais e a Fiat antes do início da construção da fábrica, e define todas as condições trabalhistas e salariais três anos antes de ser contratado o primeiro operário.

A fábrica tem uma estrutura típica toyotista de “círculos concêntricos”, com a fábrica principal no centro e os fornecedores ao redor. Estes fornecedores, ao contrário do que acontece em outras plantas da Fiat, estão vinculados exclusivamente a ela, produzindo a preços 25% mais baixos do que no restante do país. Os custos são mais baixos porque no sul da Itália há muito desemprego e há também a possibilidade de pressionar os pequenos fornecedores da Fiat. Seu ponto de partida, então, são os custos menores. A estrutura está toda baseada no *just-in-time*.

Em relação à integração dos trabalhadores, os fatos são os seguintes - e foram aceitos naquele acordo das centrais sindicais. Primeiro, os trabalhadores são contratados com salários entre 15 a 20% menores que nas demais plantas Fiat. Segundo, os turnos de trabalho, que eram dois em todas as outras plantas, são em Melfi de três, de oito horas cada um, com menos intervalos durante a jornada. Terceiro, o trabalho noturno passa a ser obrigatório para as mulheres - o que é ilegal. Mas as centrais concordam que o contrato não siga a lei. Quarto, abriu-se mão de qualquer benefício conquistado em acordo nacional com o grupo Fiat. Quer dizer, se for negociado um aumento salarial nas outras fábricas da Fiat, em Melfi ele não será aplicado.

Há que se constatar que a intensidade do trabalho é muito maior que nas fábricas do norte da Itália. Digamos que se no norte é 100, em Melfi é 135. É como se cada hora da jornada tivesse maior número de minutos de trabalho. Há um aumento da exploração.

O acordo definiu também a organização do trabalho em si?

O acordo de 1990 diz alguma coisa, mas ainda como esquema geral. Ele vai ser aplicado, em 93, quando a planta começa a operar, de uma forma muito precisa. A função do chefe muda. Há a introdução na equipe de trabalhadores de uma nova figura, o “operatore” ou “condutor” - segundo os companheiros da Fiat de Betim (MG), lá tem a denominação de “condutor”. Ele é um operário da equipe, mas com uma condição me-

lhor de trabalho. É praticamente escolhido pelo chefe e se constitui num instrumento da empresa no interior dos grupos de operários. O “condutor” tem o papel de liderar os outros operários no trabalho.

Centrais italianas assinam acordo e “participam” do plano de produção patronal

Por sua vez, o chefe não é o ditador de antigamente, é um político. Não está todos os dias entre os trabalhadores, mas fala com eles com a função do convencimento, da integração. O chefe diz: “Hoje temos este desafio, temos que produzir”. Antes não era assim. O chefe dizia: “Faça isto” e pronto. O “condutor” quebra a estrutura do grupo operário. Há também a tentativa de que ele ou o chefe seja o representante sindical. Mais ou menos como no Japão, onde quase sempre o chefe é o delegado sindical. Isso seria uma grande novidade porque sempre foi o contrário na Itália.

A Melfi se apresenta, pelo que você afirma, quase como um laboratório na tentativa de construir uma fábrica a partir da utopia toyotista. Mas até 1993 como o toyotismo se refletia nas demais plantas da Fiat no país?

As estruturas foram, pouco a pouco, modificando-se. A Melfi é a fábrica ideal e as outras vão se adequando. O difícil é que tanto entre os operários como entre os chefes há um modo de ser, uma cultura. Eles dizem: “Tentamos modificar no norte e nas outras velhas fábricas do sul a mentalidade dos chefes e dos operários, mas é mais difícil”. Assim, o melhor é, onde for possível, fechar as plantas e construir novas fábricas, denominadas “prados verdes”, sem sindicalização, sem história, sem memória de conflitos, com pessoas totalmente novas, tanto chefes como operários. Em Melfi todos são novos. Então, há modificações nas demais fábricas, mas com dificuldade muito maior.

Quais foram os motivos que levaram às centrais sindicais a assinarem um acordo como o da Melfi?

Acontece que a Fiat, pela primeira vez, convocou as centrais sindicais para apresentar seu plano produtivo. Antigamente havia um mando unilateral por parte da empresa, que decidia tudo e as centrais iam atrás das conseqüências. As direções das centrais ficaram muito felizes. Para mim, o problema foi bastante simples: as centrais não discutiram nada com a empresa, apenas foram chamadas para “participar”. Como uma das reivindicações do movimento sindical era a de uma maior participação, elas pensaram que essa era a forma.

A cúpula sindical participa no plano de produção dos próximos anos e há também uma participação dos trabalhadores nas equipes, que na Fiat se denomina UTE (Unidade Tecnológica Elementar). Ela é composta pelo chefe, pelo “condutor”, pelo “repo” (como é conhecido também em Betim), que é o “responsável de pessoal”, pelos operários, pelo engenheiro. A UTE tem 40, 60 ou 100 integrantes, não mais do que isso. Praticamente funciona como uma estrutura independente. Recebe o material, tem seu próprio controle sobre o mesmo, tem estabelecido um objetivo de produção e produtividade.

Qual tem sido o impacto do acordo da Melfi do ponto de vista da consciência dos trabalhadores?

As direções das centrais estabelecem prêmios de produtividade nas fábricas

Em Melfi, como já disse, todos os operários e chefes são novos. O processo de recrutamento inclusive ainda não está terminado. Já mencionei o fato que nessa região há altas taxas de desemprego, que chegam a mais de 60% entre os jovens. Assim, o primeiro fato é que é muito baixa a sindicalização. E em julho passado houve a primeira eleição da representação dos trabalhadores e é interessante que a maioria relativa dos trabalhadores e a maioria absoluta dos operários votaram no sindicato da empresa, no sindicato amarelo.

As quatro centrais sindicais fizeram campanha em favor da qualidade total e do toyotismo. Essa campanha se fez sobretudo fora da fábrica, nas rádios de Melfi e nas assembleias externas, que reuniram também outras pessoas da cidade. Os dirigentes sindicais afirmaram que se tratava de uma grande oportunidade para o município, porque estava chegando a Fiat, criando trabalho. Praticamente não se apresentaram críticas. Com este tipo de campanha, ganha quem está mais próximo da direção, o sindicato amarelo.

Portanto, a situação de Melfi é muito particular. Nas outras fábricas, sobretudo em Turim, há um efeito de desorientação. As pessoas não compreendem bem porque os sindicatos dizem que “esta é uma nova situação, em que a Fiat disputa a concorrência frente aos outros fabricantes de carros, onde todos devemos participar contribuindo com o nosso conhecimento”. Não entendem por que os sindicatos se juntam à direção da empresa com objetivos comuns de melhoria da produção e para buscar modificações que levem ao aumento da produtividade.

As centrais sindicais estão claramente comprometidas com a melhoria da produtividade das empresas?

Sim, decididamente. O acordo de Melfi tem esta intenção da parte sindical. Numa fábrica como a de Rivalta, onde o trabalhador recebe um prêmio em dinheiro da empresa quando faz sugestões para melhorar a produtividade (que é de apenas R\$ 50,00 por idéia), a CISL decidiu estabelecer o seu próprio prêmio de produtividade - um aparelho de televisão ou coisas assim. São prêmios sindicais para os trabalhadores que colaboram com o aumento da produtividade. É na planta de Rivalta que isso acontece pela primeira vez na Itália. Mas este é um caso extremo. Já em Mirafiori a atitude sindical não é assim.

Fragilidades do sistema toyotista facilitam a ocorrência de greves

Na perspectiva de trabalho dos Cobas, que experiências bem sucedidas (seja

no plano econômico, político e da consciência dos trabalhadores) existem no enfrentamento ao toyotismo?

O modelo toyotista pode funcionar se houver uma integração total do sindicato à idéia da empresa. Se não, o sistema é muito vulnerável, muito frágil. Temos tido esta experiência na Alfa Romeo, sobretudo, com a atividade do Cobas - que já tem consciência sobre isto. Mas há também lutas em Mirafiori e Turim. Neste caso, com uma mobilização mais ampla, não só dos trabalhadores do grupo Fiat, contra o governo e a patronal por causa dos cortes na previdência.

Nossa experiência é de que é mais fácil fazer greve hoje do que no sistema anterior. O *just-in-time* é de uma fragilidade total. Na Alfa Romeo de Arese fizemos uma luta dos trabalhadores do setor da limpeza (incluída a limpeza das máquinas), que é terceirizada com um grupo pequeno de uns 50 trabalhadores. Eles pararam o ingresso dos caminhões e a fábrica inteira ficou paralisada por dois dias.

Antes, quando uma linha de produção parava, havia estoques suficientes para manter alimentadas as outras por um bom tempo. Agora, não. Quando uma linha de trabalhadores pára, param os localizados antes e depois deles. Há alguns grupos de trabalhadores que quando param afetam todos os outros setores. Claro que surgem outros tipos de problemas. Mas tanto na Alfa Romeo como na Fiat-Turim, nas lutas de outubro-novembro de 1994 e na luta pelo contrato do grupo Fiat no ano anterior, viu-se que com o modelo toyotista há muito mais facilidades para paralisar as fábricas.

Isso analisando as fragilidades do modelo. E quanto a predisposição dos trabalhadores de lutar, qual é o balanço dos resultados das estratégias de cooptação das empresas?

O problema é mais subjetivo do que objetivo. Porque há toda uma possibilidade de convencimento por parte da patronal, do chefe, do "repo" ou do "condutor" na tentativa de integrar o trabalho. Mas o nível de exploração é bastante forte. Por isso há a

necessidade de integrar o sindicato, de não ter nenhuma forma de oposição por parte dos sindicatos. Assim, não somente os Cobas enfrentam problemas.

O mesmo ocorre com a oposição da CGIL, já que as empresas perseguem e marginalizam os delegados e militantes sindicais da esquerda. As direções das empresas sempre chamam para negociar membros das outras correntes. Quando não conseguem interlocutores dentro das fábricas, vão buscá-los fora da fábrica, nas estruturas de direção das centrais, e negociam somente com eles. Fazem tudo isso porque o sistema é muito frágil.

Um breve relato sobre a história e as experiências dos Comitatos di Base

Durante os anos 80 ocorreram situações em que os delegados de oposição às centrais, quando eram abandonados pelas direções, tentavam se organizar de qualquer maneira, mas sem constituir uma estrutura independente. Houve muitas experiências de pressão sobre as direções das centrais, até de ocupações dos locais sindicais, por parte de militantes da CGIL. Mas elas não tiveram praticamente nenhum resultado.

Já em 86-87 ocorreram outras experiências, com a formação de um movimento de massa dos professores que se autodenominou de "Cobas" (Comitês de Base), por fora das estruturas das centrais. A maioria dos que constituíram o Cobas provinha da CGIL e rachou com ela. Era um movimento, não um sindicato, que reivindicava algumas coisas e formou uma coordenação nacional. Durou mais ou menos um ano. As reivindicações eram de todo tipo, em torno do contrato nacional de trabalho e contra uma possível redução da escola pública.

Havia também uma reivindicação salarial, que as centrais ficaram contra porque isso afetava as finanças públicas. Daí que disseram que o Cobas era corporativo porque reivindicava salário. Mas esse movimento acabou. Sobreviveram apenas pequenos gru-

pos de intelectuais, a grande massa se perdeu, não se transformou em sindicato. Um setor da esquerda dos professores teorizou então sobre a superação dos sindicatos e dos partidos. Estas foram as experiências da década de 80. Já os anos 90 serão diferentes.

Em 1990 surgiu, na fábrica de Alfa Romeo de Arese, o primeiro grupo do Cobas. Não era uma forma de constituir um outro sindicato. Nossa reivindicação era a da democratização da escolha dos delegados das empresas. As direções de cada central sindical, sem votações nas bases, nomeavam seus representantes em cada empresa. Até 1983-84 havia uma tradição muito mais democrática com os conselhos de fábrica, que vinham sendo eleitos desde 1969, retomando a experiência de 1919-20, de Gramsci etc.

Se tratava de um processo pelo qual todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, dentro de cada seção de 50 a 100 trabalhadores, escreviam num papel o nome do companheiro que queriam escolher. O que tivesse maior número de votos era o eleito. O conselho de fábrica era composto pela totalidade de delegados eleitos na fábrica. Era reconhecido pelas três centrais sindicais como a representação no local. Esta era a experiência, resultado do ascenso de massas do final dos anos 60, pela unificação do movimento que estava dividido em três centrais.

Quando deixam de ser eleitos, os representantes das fábricas e as centrais, cujas direções também não são eleitas em amplos processos democráticos, passam a assinar acordos sem levar em conta a opinião dos trabalhadores, era natural que surgisse a bandeira da escolha democrática. Nós, então, retomamos a bandeira do conselho de fábrica. Ainda estava em vigor uma lei, de antes dos conselhos de fábrica de 69, que regulamentava a "comissão interna". Ela permitia a votação democrática, a partir de listas. Pelo menos podia haver votação! Nós dissemos: "Vamos organizar uma votação nesses moldes, em contraposição ao indicado sem votação pelas centrais sindicais".

Nós éramos da oposição de esquerda na Alfa Romeo. Eu era da CGIL, outros eram da CISL etc. Apoiados pelos trabalhadores, decidimos forçar essa situação. A resposta das

direções das centrais foi convocar em um mês a eleições, mas não totalmente livres. Elas reservaram 33% das vagas no conselho, a serem indicadas sem votação. O restante seria votado por todos, sindicalizados ou não. Ainda fizeram uma cédula de votação com todos os nomes propostos pela CGIL, CISL e UIL, e na parte de baixo uma linha em branco para que o trabalhador indicasse outro candidato que não os das centrais. Nós concorremos nesse pequeno espaço da cédula, na qual o trabalhador tinha que escrever o nome do candidato, e todos os mais votados foram os dessa linha em branco. Era uma batalha política e como eles eram da CGIL, CISL etc., nós decidimos nos chamar de Cobas.

O Cobas não é outro sindicato. É uma forma de ter participação sindical. É uma reivindicação por democracia. Uma espécie de movimento pelo restabelecimento dos conselhos de fábrica democraticamente eleitos como estrutura de base do conjunto da organização sindical. Buscava uma regeneração do sindicato, não a constituição de outro sindicato.

A reação das centrais, a formação do SLAI-Cobas e o referendun por democracia

Essa experiência foi retomada em outras fábricas. Setores à esquerda da CGIL a viram com bons olhos, já que se estava empurrando novamente o movimento. Além do mais, os delegados eleitos não se sentiam subordinados às direções das centrais - isso apesar de que os delegados eleitos por Cobas eram poucos e as regras estabelecidas eram um obstáculo para maiores avanços. Mas com os resultados obtidos havia a possibilidade de mudar alguma coisa.

Em 1992 se dá o acordo das centrais para cancelar a escala móvel de salários e há uma retomada da idéia do conselho de fábrica para todos os setores. Foi uma coisa formidável. Para se enfrentar a burocratização sindical, renascer os conselhos. Entre outubro e novembro houve uma greve praticamente ininterrupta contra o acordo da escala móvel. As centrais sindicais, através de um acordo na-

cional com o patronato, que se chama RSU (Representação Sindical Unitária), decidem então generalizar as eleições nos mesmos moldes da Alfa Romeo. A RSU foi a resposta das centrais à pressão da base. As eleições deviam acontecer, no caso da CGIL, inclusive para evitar sua divisão.

Mas o movimento de Cobas começa a se coordenar em nível nacional num sindicato. Em novembro de 92 se funda o Sindicato dos Trabalhadores Auto-Organizados Intercategorial. Ele se constitui no ramo metalúrgico e em toda a indústria, tanto no norte como no sul. Começam a aderir setores de trabalhadores do Estado, afetados pelas medidas de privatizações e que não se sentiam defendidos pelas centrais. Já no caso dos ferroviários, todo o setor de maquinistas forma seu próprio sindicato. Não é Cobas, mas todos os chamam assim. Chama-se na verdade de Comitê dos Maquinistas Unidos (Comu). Reúne a grande maioria dos trabalhadores do setor e faz muitas greves. Estes não estão no SLAI-Cobas.

A idéia de SLAI-Cobas não é a de fazer cada um o seu próprio sindicato independente, contra as centrais, mas sim a de retomar o sindicato classista, eleito pelos trabalhadores. A estrutura classista é aquela capaz de unificar todos os trabalhadores, e não só os sindicalizados a uma central ou outra. É uma idéia também contra a divisão sindical, em que cada central pode negociar com a patronal. Nós propomos retomar o que houve antes na Itália, quando todos os trabalhadores escolhiam seus próprios representantes e o conjunto deles, seja qual for a maioria, ia negociar.

Há uma evolução de tudo isto muito importante. Nós questionamos a fórmula da RSU que reserva 33% para as centrais. Numa iniciativa conjunta do PRC, dos Cobas e das estruturas de base da CGIL, CISL e UIL, foi solicitado um referendun nacional contra o monopólio burocrático de representação das centrais sindicais. O referendun se realizou finalmente em 11 de junho de 1995. Tivemos que conseguir um milhão de assinaturas num esforço muito grande. O que vimos, no entanto, foi que os trabalhadores assinaram contra a posição de suas centrais na luta pela

democracia sindical, não por um novo sindicato.

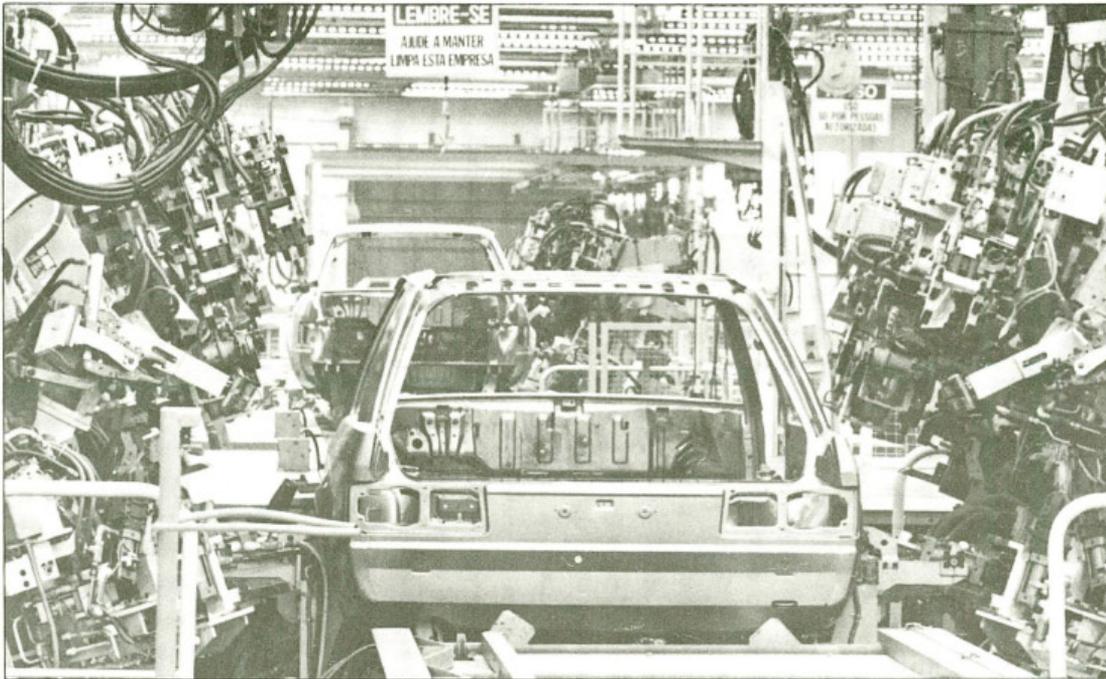
Esse referendun foi votado uma semana após a votação sobre a seguridade social, quando as centrais praticamente apoiaram as reivindicações patronais, renunciando aos objetivos das lutas que tinham desenvolvido antes. Como se tratava de uma modificação na lei, votaram todos os eleitores - não apenas os trabalhadores. Nossa dificuldade era a de convencer os de fora, que dentro da fábrica não havia democracia, porque entre os trabalhadores estávamos certos de vencer.

Votaram aproximadamente 65% dos eleitores. E 57% desse total votaram em favor de nossa posição. Pesou o fato de que o governo, as três centrais sindicais e os representantes patronais, mas sobretudo estes últimos, fizeram uma campanha muito forte contra o referendun, falando que estaria se provocando a "anarquia sindical" etc. Foi uma vitória importantíssima para nós.*

“A construção da consciência de classe é difícil - especialmente no momento em que as elites estão na ofensiva. Exige perseverança e seriedade. A *Debate Sindical* tem demonstrado essas qualidades nos seus dez anos de existência”.

**SINDICATO
DA
CONSTRUÇÃO
CIVIL DA
BAHIA**

* Professor Livre Docente em Sociologia do Trabalho no IFCH/Unicamp, publicou recentemente os livros *Adeus ao Trabalho?* e *O novo sindicalismo no Brasil*. A entrevista foi realizada, e gentilmente cedida à *Debate Sindical*, por **Gustavo Cotas**, assessor da CUT/Nacional



A automação e o mito da polivalência no trabalho

Emílio Gennari *

Nos últimos tempos, as classes dominantes e seus representantes no meio sindical têm-se preocupado em sublinhar que as novas tecnologias, além do aumento da produtividade e da competitividade das empresas, estão contribuindo para a criação de um novo trabalhador. A automação e a informatização da produção dariam origem a um funcionário polivalente, mais qualificado, criativo e capaz de usar sua força de trabalho de maneira mais inteligente e versátil.

A modernidade, ao flexibilizar a divisão das tarefas no interior dos processos produtivos, estaria cumprindo o papel de substituir o desqualificado e descomprometido "apertador de parafusos" - que na empresa taylorista-fordista repetia indefinidamente um número limitado de tarefas e movimentos ordenados e regulamentados pelo departamento de Organização e Método das empre-

sas - por um funcionário que pensa e molda seu próprio emprego.

Isto na medida em que ele é chamado a experimentar novos métodos de trabalho capazes de garantir ao mesmo tempo a sua realização pessoal e o crescimento da empresa. Dessa forma, graças à polivalência, o ser humano estaria deixando de ser um mero apêndice das máquinas para reencontrar no

trabalho o caminho de sua própria humanização.

Mas será que é isso mesmo? Com a polivalência, o capital estaria mesmo abrindo mão da crescente submissão do homem à máquina que, aliás, é um dos elementos que lhe garantem a progressiva exploração da força de trabalho? A polivalência, que tem sua origem na flexibilização e na automação dos processos produtivos, estaria gerando uma maior qualificação do trabalhador coletivo?

A história do capitalismo evidencia o processo de degradação do trabalho

Para responder a estas perguntas é necessário analisar a história e a lógica da implementação das mudanças no interior das empresas. Se observarmos atentamente o desenvolvimento histórico do capitalismo, podemos perceber que, sem dúvida, a flexibilidade no nível de organização do trabalho não é um elemento novo. No começo deste século, por exemplo, diante das exigências impostas pelo acirramento da concorrência e da luta de classes, ela manifestou-se na necessidade do empresariado esvaziar o poder de barganha do trabalhador de ofício.

Este, de fato, ao executar todas as etapas do processo de produção, fazia do saber acumulado em sua profissão o elemento que além de garantir-lhe o controle sobre o tempo, o ritmo e os movimentos a serem utilizados em cada tarefa, possibilitava-lhe uma relativa estabilidade no emprego. Isto porque era extremamente difícil encontrar alguém com o mesmo nível de qualificação que, de uma hora para outra, pudesse vir a substituí-lo.

É neste contexto que a introdução do taylorismo e do fordismo, ao subdividir o trabalho em operações simples e ao levar os funcionários a realizarem indefinidamente apenas algumas destas operações, além de elevar o controle sobre o tempo e o ritmo do trabalho, transformava o velho trabalhador

de ofício numa peça descartável. E, portanto, facilmente substituível do próprio processo de produção.

De um lado, a destruição do trabalhador de ofício - e, com ele, do sindicalismo que caracterizava a sua atuação no interior das empresas - significou um empobrecimento geral da classe em termos de qualificação e de poder de barganha em suas lutas imediatas. De outro, esta derrota abriu para as classes trabalhadoras novas possibilidades históricas para a formação de um proletariado capaz de colocar em cheque as relações de produção capitalistas.

De fato, o sindicalismo de ofício, além de manter uma rigorosa averiguação dos procedimentos que levavam à introdução na profissão e à transmissão da qualificação aos novos trabalhadores, apostava no controle sobre o processo de trabalho por parte dos trabalhadores qualificados. Isto para fazer com que este pequeno grupo de funcionários alcançasse alguma melhoria em sua situação econômica. Em outras palavras, a organização sindical ligada ao trabalhador de ofício, em geral, buscava limitar com todas as forças o número de funcionários qualificados para estabelecer níveis mais altos de salários destinados a este pequeno segmento da classe trabalhadora.

A implantação do taylorismo e do fordismo, ao derrotar esta forma predominante de organização sindical, acabava fortalecendo as condições históricas que poderiam levar à formação de um proletariado capaz de fazer avançar a luta pela socialização da propriedade privada, o controle da produção, a apropriação do trabalho excedente e das condições sociais de reprodução pela classe e não por um grupo limitado de trabalhadores qualificados.

Taylorismo-fordismo em crise ameaça a hegemonia das classes dominantes

Mas, se a rigidez dos tempos e das tarefas impostas pelos novos métodos de organi-

zação do trabalho, de um lado, buscavam ampliar o domínio do capital, de outro, acabavam tornando-se as bases de novas qualificações e de um saber prático que, pouco a pouco, viria novamente fortalecer o poder de barganha e a ação política do trabalhador coletivo. É neste contexto que se inserem as lutas operárias que ocorreram entre o final da década de 60 e a metade da década de 70. Lutas que acabaram ameaçando a hegemonia das classes dominantes por serem ações de uma classe e não apenas de um grupo de funcionários qualificados.

Diante destas investidas, além de derrotar e de colocar numa posição de subalternidade as organizações dos trabalhadores, para o empresariado era necessário recriar as condições que garantissem a submissão do trabalho à ordem do capital. Através dos processos de terceirização, automação e reestruturação dos ambientes produtivos, os padrões voltavam a colocar a flexibilização do trabalho no centro de sua estratégia de ação. O novo trabalhador, a ser moldado de acordo com as necessidades dos sistemas informatizados, teria que ser jovem, polivalente, sem tradição de luta, com estudos que lhe fornecessem conhecimentos gerais mais amplos (o segundo grau, por exemplo), ou, no limite, as noções técnicas básicas que podem ser assimiladas através dos cursos do Senai.

Ou seja, o perfil da grande maioria dos trabalhadores que, do final da década de 80 até os nossos dias, começa a compor o quadro de funcionários das grandes empresas tem como traços fundamentais a ausência de uma militância política e de uma qualificação efetiva. Ao lado disso, possui uma bagagem de conhecimentos que serve apenas para proporcionar-lhe uma leitura mais rápida e segura das informações que aparecem nos sistemas de controle dos equipamentos automatizados e para garantir uma rápida operacionalização das ordens recebidas. Mais uma vez, portanto, a flexibilização não passa de um processo pelo qual o empresariado busca remover todas as barreiras que podem constituir um obstáculo à plena utilização da força de trabalho empregada.

Nunca é demais sublinhar que a exigência de um grau de estudo mais elevado não é sinônimo de maior qualificação. Para a maior parte dos funcionários polivalentes trata-se apenas de uma das condições que lhes permitem intervir de maneira mais ativa no interior de sua equipe de trabalho e, após um treinamento básico, de repetir com segurança o conjunto de operações desejadas pela empresa, bem como de reconhecer no menor tempo possível os problemas que implicam na intervenção de um setor de programação ou de manutenção corretiva.

Os resultados de uma pesquisa realizada numa indústria metal-mecânica instalada no Estado de São Paulo nos ajudam a visualizar melhor o que acabamos de afirmar[1]. Nesta empresa, cujo nome não é revelado, a usinagem de peças ocorre por processos que utilizam lado a lado máquinas e ferramentas informatizadas e máquinas manuais que realizam as mesmas operações. Os elementos apontados no texto nos levam a concluir que esta fábrica está concretizando a passagem de um sistema manual, operado por trabalhadores qualificados, para um sistema computadorizado, para o qual estão sendo selecionados operários recém saídos do Senai [2].

“Pra tocar novas máquinas é só dar um treinozinho que o cara já está bom”

A opção por uma força de trabalho menos experiente e com conhecimentos de usinagem muito inferiores aos dos operários qualificados não só cria seríssimas dificuldades para a participação destes na programação e na preparação das máquinas, como acaba obrigando a própria empresa a capacitar para o trabalho de preparação dos equipamentos, de experimentação e de aprimoramento dos programas de computador um número maior de chefias intermediárias[3]. Para além desse dado objetivo, os próprios trabalhadores em geral consideram mais difícil e qualificado o trabalho nas máquinas

convencionais, como mostram os trechos de algumas entrevistas que vamos reproduzir:

“O que a gente sente é o seguinte: na máquina convencional você fazia a peça manualmente. Então a gente era valorizado; não era qualquer um que podia fazer aquilo. Agora, hoje, se eu for embora da firma e pegarem outro funcionário lá, com dois ou três meses ele está fazendo a mesma coisa que eu faço, certo? Pra tocar as novas máquinas é só dar um treinozinho que o cara já está bom”.

“Quem trabalha numa mandriladora manual tem que ter muito mais conhecimento. Hoje em dia a máquina nova faz praticamente tudo. Mas se você trabalha numa convencional, você tem que seguir o desenho etapa por etapa; você tem que puxar a coordenada em “X”, e em “Y”; você tem que ter precisão. Se você tem que furar aqui, você tem que saber que tem que ter 6 mm do outro lado, por exemplo. Nessa que eu estou não. Se a peça sair errada, o problema é do programador, não meu. Numa mandriladora convencional você tem que ter qualificação mesmo. Você tem que quebrar a cabeça pra você não errar, seguir o desenho nos conformes, porque se você errar o erro é seu, que lá não tem programador. Você tem que conhecer muito mais de desenho e de processo”.

“O pessoal mais velho chama os caras da ilha de “robozinho” porque eles ficam só tirando peça. O pessoal gosta de zombar deles porque lá eles só sabem apertar botão e trocar peça” [4].

Nunca é demais lembrar que estamos falando de uma empresa de usinagem de peças cujo processo produtivo ainda exige uma certa intervenção direta do operário na produção e não de uma fábrica automatizada. Nesta, a equipe de trabalho, acompanhada por um líder ou por um engenheiro, tem como suas tarefas rotineiras a mera supervisão e controle dos equipamentos informatizados, além de pequenas operações de manutenção preventiva e limpeza que não demandam nenhuma qualificação adicional e sim um simples processo de recomposição das tarefas na chamada polivalência.

Processo este que ao reunir vários pontos do trabalho fragmentado, ao permitir que

um grupo de trabalhadores realize as antigas tarefas em sistema de rodízio por eles organizado (desde que, obviamente, sejam cumpridas certas normas disciplinares e as metas de produção preestabelecidas) resulta em maior produtividade por trabalho/hora.

Mutações no trabalho criam minoria muito qualificada e maioria desprovida de tudo

Isso, por um lado, se deve à constatação histórica de que um trabalho mais interessante provoca uma substancial redução do descontentamento dos trabalhadores e com este diminuem também o absenteísmo, a rotatividade, os problemas de qualidade e os conflitos no interior do local de trabalho. Por outro lado, se um grupo de funcionários pode desempenhar um conjunto de tarefas, o saber coletivo acumulado na solução dos problemas que diariamente ocorrem na produção tem maiores oportunidades de expressar-se e de traduzir-se em ajustes mais precisos dos métodos e dos processos de trabalho. Ao permear todos os setores da empresa, este mesmo saber contribui para a redução dos tempos que vão desde a concepção de um produto até sua fabricação, distribuição e sua própria inovação.

Em outras palavras, os sistemas automatizados e/ou a reorganização dos processos produtivos, ao mesmo tempo em que aproximam a engenharia da produção, eliminam qualificações que tornam desnecessárias pelo desaparecimento do tipo de trabalho que as exigia. Elas demandam um número muito menor de profissionais que adquirem novas especializações e moldam uma massa de trabalhadores de olho vivo e mão ágil que, dentro de limites bem definidos, sejam capazes de adequar-se rapidamente a um determinado número de funções.

Podemos dizer, portanto, que as mudanças nos processos de trabalho tendem a criar uma minoria que detém novas qualificações ao lado de uma maioria desprovida de qualquer qualificação. O saber e habilidades ad-

quiridas no trabalho se aplicam única e exclusivamente aos sistemas implantados no interior de cada empresa. E o que dizer do processo de subordinação real do homem a máquina pelo qual o trabalhador torna-se um apêndice dos mecanismos que opera? O desempenho das máquinas está deixando de ditar o ritmo e as tarefas que se fazem necessárias no processo de trabalho?

A realidade dos fatos nos mostra exatamente o contrário. A organização das equipes de trabalho baseia-se na determinação do capital de reduzir ao mínimo os “tempos mortos” da produção, enquanto a forma de sua intervenção, o número de tarefas a serem desempenhadas, o ritmo de trabalho e o grau de qualificação exigidos são totalmente determinados pelas regras de funcionamento dos sistemas automatizados. Além disso, a realidade mostra que, nos setores de ponta, estamos nos aproximando cada vez mais da previsão de Marx e Engels do deslocamento do trabalho humano da intervenção direta na produção para o controle e a supervisão dos equipamentos e, portanto, de uma situação que aumenta a subordinação real do trabalho ao capital.

São inúmeras as situações que poderíamos citar para comprovar a ocorrência deste processo. Mas preferimos ilustrar com um exemplo como a lógica da subordinação real do trabalho ao capital orienta a introdução dos sistemas informatizados nas empresas. Tomamos em consideração um setor de laminação no interior de uma aciaria. Na sua forma mais simples, a laminação prevê a realização de três operações básicas: carregamento, controle e descarregamento do sistema. Qualquer uma dessas fases pode ser automatizada e, qualquer que seja a opção, assistiremos sempre a eliminação de postos de trabalho.

Há, porém, diferenças substanciais entre automatizar uma fase ou outra. Ao automatizar o carregamento ou o descarregamento, seria conservado o trabalho de controle e regulação do processo de laminação, que é o mais qualificado dos três e o que permite aos trabalhadores influir diretamente sobre o rit-

mo de produção. Se, ao contrário, se informatizasse o controle da laminação, o posto de trabalho mais qualificado seria suprimido e os trabalhadores que carregam e descarregam os equipamentos seriam obrigados a executar estas operações acompanhando o ritmo imposto pelos dispositivos automatizados.

Polivalência sob a égide do capital é oposta ao reino da liberdade do marxismo

É importante lembrar que qualquer uma dessas opções irá influir em termos de produtividade. Mas a história mostra que a segunda é a que tem bem mais probabilidades de ser adotada, pois, ao mesmo tempo, elimina a força de trabalho mais qualificada (e, de consequência, a mais cara e a que tem maior poder de barganha) e fortalece o controle empresarial. Além do mais, não é por acaso que, hoje em dia, a maior parte dos estudos e práticas empresariais ao tratarem da gestão e da organização do trabalho enfatizam o processo de produção e não o ritmo de trabalho ou o controle do mesmo, pois estes fatores já estão assegurados pelo funcionamento das linhas automatizadas.

Por tudo que dissemos, não é difícil perceber que a polivalência, inserida nos processos de flexibilização do trabalho que ocorrem sob a égide do capital, por si só rema em sentido oposto ao que leva os trabalhadores ao reino da liberdade visualizado pelos teóricos marxistas. Se tivéssemos que descrever em poucas palavras o perfil de um trabalhador polivalente diríamos que ele não passa de um pau pra toda obra, que diante do aumento do desemprego e da ameaça constante que este traz para a manutenção de suas condições de vida percebe uma sensação de alívio ao aderir, ora ativa ora passivamente, aos objetivos e aos limites impostos pela lógica das mudanças no interior do sistema capitalista.

Lógica que tem na polivalência e na flexibilização dos processos de trabalho dois

importantes instrumentos para ocultar a continuidade histórica da necessidade da classe dominante ir adequando a organização do trabalho às exigências da acumulação do capital e para apagar nas classes trabalhadoras a memória coletiva de sua tradição de luta e, com ela, a necessidade de construir uma nova ordem social.

NOTAS

- 1- Estamos nos referindo à pesquisa realizada por Márcia de Paula Leite, **Inovação tecnológica e relações industriais: um estudo de caso na matel-mecânica**, Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, 1991, Mimeo.
- 2- Não devemos estranhar o fato de que, por um certo tempo, os sistema de produção manual e informatizado conviviam lado a lado no interior das empresas. Para os empresários não se trata apenas de uma precaução que visa garantir a continuidade de, pelo menos, parte do processo produtivo em caso de problemas imprevisíveis que podem surgir na implantação e no manuseio dos novos equipamentos. Trata-se também de criar as condições que garantam a expropriação do saber acumulado pelos trabalhadores em anos de trabalho e a progressiva transferência deste saber aos sistemas automatizados para aprimorar e potencializar o seu desempenho.
- 3- A própria pesquisa constata que, de fato, enquanto cada líder do setor convencional se encarrega de supervisionar cerca de 15 máquinas, os que trabalham com os novos equi-

* Integrante do Núcleo de Educação Popular (NEP) 13 de Maio

pamentos cuidam de sete a oito, ou até apenas de cinco máquinas de controle numérico. Porém, esta situação, que de início representa um custo adicional para a empresa, é aliviada a curto/médio prazo pela demissão dos trabalhadores qualificados que em relação aos recém contratados têm salários e benefícios maiores e um poder de barganha muito mais amplo.

- 4- Márcia de Paula Leite, texto citado, pg. 12-13

BIBLIOGRAFIA

- Annunziato, F.R. "Il fordismo nella critica de Gramsci e nella realtà statunitense contemporanea", em **Crítica Marxista**, nº 6, ano 27, Ed. Riuniti, Roma, 1989
- Edwards R. **Contested Terrain**, Basic Books, Nova Iorque, 1979
- Frigotto G. "Trabalho, educação e tecnologia: treinamento polivalente e formação politécnica", em **Trabalho, educação e prática social - por uma teoria da formação humana**, Ed. Artes Médicas, Porto Alegre, 1991
- Leite, M.P. **Inovação Tecnológica e Relações Industriais: um estudo de caso na metal-mecânica**, Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, 1991, mimeo.
- Pollert A. "Desmantling flexibility", em **Capital & Class**, nº 34, 1988
- Schmitz H., Carvalho, R.Q. **Automação, Competitividade e Trabalho: a experiência internacional**, Ed. Hucitec, São Paulo, 1988.
- Wilkinson B. **The shopfloor politics of new technology**, Heineman, Londres, 1983.

"O neoliberalismo golpeia os direitos dos trabalhadores. A reestruturação produtiva gera desemprego e perplexidade nas fábricas. Diante desse cenário, é fundamental a formação da consciência classista. Só ela permite a resistência e futuros avanços. A *Debate Sindical* é uma ferramenta poderosa nesse sentido".

Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia

Contradições e crise da sociedade do trabalho

Lincoln Secco *

“Uma revolução do proletariado exige antes de tudo um proletariado”.
(Moses Hess)

A crise que hoje perpassa as ciências sociais e que se reflete de algum modo na prática dos partidos socialistas, funda-se na incompreensão atônita dos intelectuais diante das mudanças qualitativas que se operam no capitalismo. O *ser* da realidade social já não seria mais o mesmo. Não só a própria lógica e a dinâmica do capital teriam engendrado um novo ser social, como a emergência de novos segmentos e conflitos sociais teria deslocado o padrão clássico da luta entre proletariado e burguesia em favor de outro, multipolar e mais “complexo”.

Esse argumento de natureza ontológica associa-se a outro de caráter epistemológico: o marxismo poderia no máximo ser uma variante fecunda para a compreensão de nosso tempo, mas nunca a única. Tal arguição olvida o fato de que o marxismo jamais ignorou outras contribuições científicas e sim as incorporou. É prioritário, contudo, recolocar o debate teórico no campo da história concreta. A partir disso, cumpre constatar a veracidade ou não dos desdobramentos da argumentação teórica acerca das mudanças

qualitativas ocorridas na formação social capitalista.

Os principais desdobramentos são dois: 1- a regulação dos conflitos econômicos por uma miríade de formas institucionais novas; 2- o fim do trabalho enquanto fundamento ontológico da sociedade humana. Estas duas questões articulam-se com outras, como: o novo papel do Estado, a sociedade de serviços, o trabalho improdutivo, a mudança das estratégias políticas e sindicais, o fim das classes e da luta de classes, o surgimento de um novo modo de produção etc.

Já em meados do século XIX, Karl Marx se debruçou sobre as consequências sociais da diminuição do trabalho abstrato, do valor novo agregado pela força de trabalho a cada unidade produzida. O trabalho, ato fundador da sociedade humana, deixa progressivamente a cena histórica e com ele a medida do valor. Os sucessivos incrementos da produtividade da força de trabalho, oriundos do acréscimo da composição orgânica do capital e de inovações na organização do trabalho, geram cada vez mais a objetificação do tra-

balho enquanto potência estranha (capital). O movimento cíclico incessante de valorização do capital, baseado na extração de mais-valia, cria paradoxalmente a redundância relativa do trabalho vivo.

As manifestações fenomênicas que se explicitam cada vez mais hoje são desdobramentos de leis tendenciais do modo de produção capitalista definidas por Marx. Somente por isso suas asserções sobre o fim da sociedade do trabalho puderam vir a lume antes mesmo das revoluções tecnológicas do século XX:

“Na mesma medida em que o tempo de trabalho - o mero quantum de trabalho - é posto pelo capital como único elemento determinante, desaparecem o trabalho imediato e sua quantidade como princípio determinante da produção - da criação de valores de uso -; na mesma medida, o trabalho imediato se vê reduzido quantitativamente a um momento sem dúvida imprescindível, mas subalterno frente ao trabalho científico geral, à aplicação tecnológica das ciências naturais por um lado, e por outro frente à força produtiva geral resultante da estruturação social da produção global, força produtiva que aparece como dom natural do trabalho social (...). O capital trabalha, assim, em favor da sua própria dissolução como forma dominante da produção” [1].

Redução histórica das horas trabalhadas decorre da luta de classes e da automação

Vê-se que Marx considerava o trabalho imediato imprescindível, mesmo ofuscado pelo avanço da ciência aplicada [2]. Tendencialmente, isto tudo levaria à abolição do trabalho e à dissolução do capitalismo: “Assim como o trabalho em sua forma imediata cessou de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem que deixar, de ser sua medida e portanto o valor de troca [deixa de ser a medida] do valor de uso” [3].

Certamente Marx vislumbrava uma transição para a sociedade sem trabalho sob o socialismo e de nenhum modo esperava a

emergência do capitalismo tardio, do Welfare State, do capitalismo regulado etc. A lei da queda tendencial da taxa de lucro, por exemplo, já antevia o aumento da tecnologia aplicada à produção, assim como a dinâmica do capital e as lutas a ele inerentes evidenciavam a necessidade de diminuição da jornada de trabalho. Marx descreveu toda a luta pela jornada de 10 horas na Inglaterra em **O Capital**.

De fato, houve uma regressão histórica do tempo de trabalho, desde 1825, quando a média européia atingia 82 horas semanais, até a atual semana de 35 horas ou menos! [4] A tabela abaixo é esclarecedora:

Horas trabalhadas por pessoa ao ano

Ano	França	Alemanha	Japão	Holanda	Reino Unido	EUA
1870	2945	2941	1945	2964	2984	2964
1890	2770	2765	2770	2789	2807	2789
1913	2588	2584	2588	2605	2624	2605
1929	2297	2284	2364	2260	2286	2342
1938	1848	2316	2391	2244	2267	2062
1950	1989	2316	2289	2208	1958	1867
1960	1948	2081	2430	2214	1877	1835
1973	1771	1804	2195	1805	1688	1754
1986	1533	1627	2099 ¹	1555	1518 ²	1683

1- 1985 — 2- 1984

Fonte: OCDE, **As novas tecnologias na década de 90**. Ministério do Trabalho e Previdência Social, Madrid, 1990, p. 3.

Tudo isso é clara decorrência das transformações tecnológicas e organizacionais do processo de produção e da luta de classes. Já na primeira metade do século XIX, Charles Babbage projetou uma espécie de computador inacabado, seguido pela combinação de um sistema matemático binário com um algébrico por George Boole na metade final do século XIX. Tais foram os predecessores do primeiro microprocessador desenvolvido nos EUA, em 1971 [5]. A microeletrônica representou uma revolução no mundo do trabalho: projeto auxiliado por computador (CAD) e fabricação auxiliada por computador (CAM) aceleraram tarefas antes morosas; a robotização avançou e substituiu o trabalho humano em grandes proporções, economizou tempo e eliminou erros.

Do ponto de vista econômico, a concorrência infrene teve como base a revolução microeletrônica, os novos materiais, a química fina etc. Novas empresas multinacionais surgiram e mudou-se drasticamente o ranking dos países industrializados. Alguns mergulharam na crise fiscal, inflação e desemprego, com fuga de capitais, como no caso da Suécia[6].

Mas cabe aqui considerar o outro lado da moeda. O movimento do capital e o incremento tecnológico introduzido nos processos produtivos não apagam as contradições básicas do capitalismo. Assim como a forma mercadoria já encerra uma contradição entre valor de uso e valor de troca (cuja genialidade de Aristóteles lhe permitiu captá-la como um paradoxo), os avanços técnicos do processo de trabalho se contraditam com o processo de valorização. Ou seja, se é verdade que a concorrência estimula a produtividade e cria as bases do comunismo, simultaneamente impede a generalização dos benefícios da tecnologia a toda a humanidade, concentrando-a em algumas “ilhas” de prosperidade, enquanto condena todo o resto à bancarrota.

**Apesar do avanço técnico,
o capital ressuscita formas
retrógradas de exploração**

Aparentemente, é um paradoxo que no máximo do avanço técnico a perspectiva do fim da sociedade do trabalho conviva com o aumento extensivo de jornadas de trabalho e a ressurreição de formas antediluvianas de exploração da força de trabalho, como a terceirização, que revive uma forma ressaltada por Marx em **O Capital**: o salário por peça [7]. A questão sobre a tecnologia da informação e a contratação de trabalho fora da empresa precisa ser compensada pelo fato de que este fenômeno é numericamente secundário em relação às demais causas da terceirização, a qual significa regressão nas relações sociais de produção e é parte de um processo de intensificação de capital fixo, centralização de capitais e destruição das for-

ças produtivas nas áreas e empresas perdedoras. Tal fato não seria estranho à dialética ácida do Manifesto Comunista:

“Durante as crises, uma epidemia social, que em qualquer época anterior pareceria absurda, se estende sobre a sociedade: a epidemia da superprodução. A sociedade se encontra subitamente atrasada a um estado de súbita barbárie: dir-se-ia que a fome, que uma guerra devastadora mundial a privaram de todos os seus meios de subsistência (...). E tudo isso por quê? Porque a sociedade possui demasiada civilização, demasiada indústria, demasiado comércio (...). As relações burguesas resultam demasiado estreitas para conter as riquezas criadas em seu seio. Como vence esta crise a burguesia? De uma parte, com a destruição forçada de uma massa de forças produtivas (...)” [8].

Desse modo, não deveria ser um paradoxo a coexistência entre globalização, os blocos comerciais e o nacionalismo; automação e jornadas de trabalho elevadíssimas no Japão. Se alguns teóricos que se “elevam” acima da história concreta não percebem que a sociedade do tempo livre é uma possibilidade criada e negada pelo capital ao mesmo tempo, isto não elimina os fatos: o emprego industrial nos países desenvolvidos (mesmo sem negar-se aqui a evolução dos serviços) ainda era, em 1982, de 27,2% (EUA) e 41,8% (Alemanha). No Japão, entre 1960 e 1982, ele subiu de 28,5% para 34,5% e o emprego industrial cresceu absolutamente em todos esses países, embora abaixo do crescimento da PEA.

Estes dados servem para mostrar a natureza contraditória e desigual das mudanças sociais na atualidade. Por exemplo, contrariamente à Alemanha, nos EUA, em 1969, a semana média de trabalho era de 43 horas e trabalhava-se 47,1 semanas/ano; em 1987, as médias cresceram, respectivamente para 43,8 e 48,5, o que mostra o caráter contraditório dos dados disponíveis[9]. Uma sociedade do tempo livre pode existir potencialmente, mas não como fruto automático do capital. Poder-se-ia dizer que a automação sob o capital abole negativamente a

forma antiga de produção, pois nega e conserva a exploração da força de trabalho; elimina progressivamente o tempo social necessário à reprodução da força de trabalho, mas simultaneamente aumenta a jornada de trabalho, elimina empregos e impede o avanço das forças produtivas.

Sob o socialismo a abolição positiva da antiga forma de produção combinaria a redistribuição equitativa do trabalho à redução da jornada. Do ponto de vista teórico, a abolição positiva e a negativa referem-se, respectivamente, a uma etapa de transição ao comunismo e a uma etapa superior do capitalismo como resultado da abolição (*Aufhebung* - abolição e conservação). Dessa forma Marx via que o sistema de crédito, por exemplo, esboçava duas possibilidades: 1- as fábricas cooperativas de trabalhadores onde estes eram seus próprios "capitalistas" (isto, mesmo com os defeitos anteriores seria o gérmen do "modo de produção associado"); 2- as empresas capitalistas por ações que também eram uma ruptura com a forma antiga de produção e índice da possibilidade de superação do capital, mas neste caso esta figura antitética (apropriação da riqueza social por poucos) é abolida negativamente e engendra crises e naquele é abolida positivamente. Esta é a análise de Marx aplicada ao papel do crédito na produção capitalista e que fornece o método para avaliar as contradições do presente [10].

Contradições inerentes ao processo da acumulação capitalista na atualidade

A nova revolução científico-tecnológica também promoveu a globalização do espaço econômico mundial, pois o seu próprio caráter (velocidade de alterações tecnológicas, informação de rede como aspecto central, mobilidade rápida etc.) exige fluxos financeiros internacionais e integração cada vez maior do comércio mundial com regras definidas (depois de finalizada a Rodada do Uruguai do GATT, criou-se a Organização

Mundial do Comércio). Obviamente há de novo o outro lado da moeda: a crise e a guerra comercial declarada.

Se por um lado o PIB alemão ocidental, *verbi gratia*, triplicou entre 1955 e 1985, a quantidade necessária de trabalho caiu 27% [11], bem como logo instalou-se a recessão e a estagnação. Em 1993 o PIB alemão teve a maior queda do pós-segunda guerra em sua parte ocidental, da ordem de 1,9%, enquanto o PIB de toda a Alemanha caiu 1,3%. A saída apontada foi mais uma vez a intervenção do Estado para reduzir as taxas de juros de curto prazo e garantir um crescimento sustentado [12], embora o anti-keynesianismo seja a palavra de ordem! O crescimento econômico mundial caiu da média de 4,9%, nos anos 60, para 1% no início do decênio atual [13].

Todas as crises cíclicas do capital têm sua razão de ser nas contradições endógenas ao movimento automático de valorização do valor e nas mutações intrínsecas ao processo produtivo que conduzem a sucessivos antagonismos entre a "anarquia" da produção e a forma de apropriação, gestão, repartição e reinvestimento do produto social. Há um permanente conflito entre a lógica microeconômica do capital individual e as condições infra-estruturais da reprodução do capital social [14]. Desse modo, as mudanças técnicas levaram a novos problemas econômicos, basicamente de escassez de capitais em certas áreas devastadas pela concorrência internacional da economia globalizada e de desemprego estrutural nos países de ponta do sistema capitalista.

O primeiro problema refere-se à intensificação de capital fixo em todas as áreas da economia. Isto significa que há crescente composição orgânica do capital. Ou seja, para cada trabalhador empregado há um volume maior de meios de produção. Hoje, na Alemanha (ocidental), para que um posto de trabalho seja rentável a uma empresa é necessário mobilizar 300 mil marcos, segundo Robert Kurz [15]. Segundo estes cálculos seriam necessários recursos invertidos em capital fixo da ordem de 3 trilhões de marcos para cada 10 milhões de novos postos de trabalho,

isto quando só nos países da OCDE o desemprego da força de trabalho abarca 35 milhões de pessoas. Tais números, ao contrário do pretendido por muitos, mostram como é inviável a generalização das conquistas tecnológicas no capitalismo e questiona os fundamentos de uma teoria da “sociedade do tempo livre”.

A situação é pior na América Latina, pois a competição baseada em longas jornadas de trabalho é derrotada em face do novo padrão concorrencial fundado na pressão da intensidade progressiva de capital fixo e na geração de mais-valia relativa. Estas são resultantes do aumento da produtividade e diminuição do tempo social necessário para a reprodução do valor da força de trabalho. *Ceteris paribus*, por isso, enfrenta-se a regressão social e surgem formas pretéritas como o trabalho semi-escravo e escravo e a terceirização.

Na Argentina, com sua conjuntura agravada por uma dolarização que provocou sobrevalorização cambial e queda nas exportações, o desemprego bateu o recorde de 10,8% e o nível de subocupação chegou a 10,2% da população economicamente ativa (PEA) em maio de 1994 [16]. 21% da PEA ficaram sem emprego ou em trabalho informal, totalizando 2,8 milhões de pessoas numa PEA de 13,3 milhões e numa população de cerca de 32 milhões de pessoas. Mas os indicadores da decadência estrutural são estarrecedores: em 1950 o país era o 8º lugar em PIB per capita, caindo para 84º em 1984. Apesar da retomada do crescimento econômico no governo Menem, ela é insuficiente para deter o agravamento dos indicadores sociais.

O setor de serviços também está sujeito a automação e ao desemprego estrutural

No Brasil, a reconhecida hipertrofia do setor financeiro na economia, elegendo a taxa de juros como referencial para formação de preços e mergulhando o país numa longa estagnação nos anos 80, evidenciou a contra-

dição entre a razão empresarial do capital individual que se estruturou, do ponto de vista patrimonial com maior peso dos ativos financeiros, e a razão macroeconômica do capital social, cuja reprodução depende de uma soma positiva de inversões produtivas nas várias empresas no país. As receitas financeiras das empresas tornam-se imprescindíveis para evitar prejuízos, ainda que isso seja ruim para o nível de acumulação global.

A inflação e o enorme déficit público engendrado pelos gastos com a rolagem da dívida interna, principalmente, contribuíram para a deterioração dos salários e dos serviços públicos. A inflação expressou um sistema perverso pelo qual o reinvestimento dos lucros dirigiu-se ao mercado financeiro e a remuneração desse capital foi paga pela corrosão dos salários e diminuição de qualidade da assistência pública. De qualquer forma, o mais importante é que as bolhas de crescimento efêmeras no Brasil e o crescimento econômico Argentino têm sido, tanto quanto na Europa e nos EUA, insuficiente para recuperar os níveis de emprego e salários.

Um segundo problema refere-se à evolução da estrutura ocupacional e aos seus desdobramentos sociais e políticos. O setor de serviços representou neste século o maior crescimento relativo no quadro dos setores ocupacionais. Para se obter uma ilustração, apenas os setores ocupacionais de “classe média” (técnicos especializados, executivos, empregados de colarinho branco etc.) na área dos serviços, cresceram entre 1961 e 1989 de 38% da PEA para 55,3% (Canadá), de 39,1% para 56,8% (EUA) e de 36,3% para 57,2% (Suécia; neste caso entre 1965 e 1989)[17].

Mesmo em unidades empresariais em que se mesclam atividades produtivas e improdutivas, a parafernália ornamental dos serviços é relativamente grande. Por exemplo, nas redes de Fast Food como o Mc Donald's, o trigo e a carne envolvidos na preparação de um hamburger constituem a parte menor dos custos em relação aos processos envolvidos na realização do serviço de atendimento ao cliente [18].

Também os serviços estão sujeitos a automação e são geradores de desemprego es-

trutural. O otimismo neoliberal costuma apresentar exemplos equivocados, como a educação, em que a informatização e a comunicação audio-visual pouco interferem no nível de ocupação. Ocorre que a educação, saúde, serviços sociais e administração pública não são subsumidos ao capital *realmente* e quando o são *formalmente* o são para o prejuízo de sua qualidade [19]. Igualmente o comércio varejista e os serviços pessoais autônomos estão imunes à grande revolução tecnológica no que tange aos seus efeitos sociais, pois já são decadentes em si e por si mesmos.

O *Economic Council of Canada* [20] definiu os serviços dinâmicos sujeitos a automação em virtude da sua necessidade imediata ao circuito de valorização do capital: transportes, comunicações, finanças, seguros, publicidade, arquitetura, consultoria, comércio atacadista etc. Embora nem todos sejam “automatizáveis” (sic), aqueles que empregam muitos funcionários estão sujeitos a isto, como os bancos. No Japão e na Alemanha, 80% e 63% dos pagamentos, respectivamente, eram feitos automaticamente há alguns anos atrás e hoje já se fala em cidades alemãs que estão simplesmente abolindo o papel moeda. Isto tem produzido desemprego e queda dos salários, bem como empregos não-regulares:

“Embora não seja causado diretamente pela tecnologia da informação, grande parte do emprego não-regular relaciona-se com a tendência a contratar trabalho fora. Com a tecnologia da informação, certos tipos de trabalho podem ser feitos em qualquer lugar e comprados segundo a necessidade, por outras firmas. A influência dos sindicatos é minimizada, os gastos com despesas gerais controlados e o trabalho, quando adquirido, é mais barato, já que há poucos, se houver, benefícios a serem pagos” [21]. No Brasil, o setor de serviços perdeu 50% da capacidade de absorção de mão-de-obra entre julho de 1995 e fevereiro de 1996, o que impede a compensação pela diminuição de postos na indústria [22].

O processo de degradação do trabalho que se acelera no pós-Segunda Guerra Mundial

Ainda no decurso da segunda guerra mundial, os governos aliados ocidentais já se preocupavam com o novo padrão de relações diplomáticas, comerciais, monetárias etc., que iria reger o concerto das nações depois da guerra. No Departamento de Estado norte-americano se repudiava o “capitalismo nacionalista” dos anos 30, o *Laissez Faire* desenfreado e as políticas de Hjalmar Schacht, presidente do *Reichsbank* da Alemanha nazista. Propugnava-se um “novo capitalismo” (sic) que regulasse e desse previsibilidade à interação dos mercados nacionais. Esta era essencialmente a proposta do chefe do tesouro norte-americano, Harry Dexter White.

Na conferência de Bretton Woods, EUA e Inglaterra disputaram imposições sobre os credores ou os devedores, de acordo com suas conveniências. Por fim, a solução veio com a cláusula de moeda escassa do FMI, como demonstra Henry Nau, um cientista político que trabalhou no Departamento de Estado dos EUA de 1975 a 1977:

“Essa cláusula permite que uma moeda que estava sendo entesourada por um país superavitário fosse declarada escassa e, por conseguinte, efetivamente racionada, a fim de reduzir as importações dos países em déficit das exportações dos países em causa. Desta maneira, o país superavitário não poderia continuar a acumular receitas de exportação e teria que ou emprestar mais ou importar mais, se quisesse continuar a exportar” [23].

O segundo sustentáculo da nova ordem inaugurada em Bretton Woods foi o plano Marshall, cujas políticas incorporaram práticas keynesianas de administração da demanda, mas “evoluíram” na visão conservadora de Nau para a rejeição do pleno-emprego e “no período de 1947 a 1958, para uma orientação fiscal e monetária mais conservadora,

mercados de trabalhos internos mais flexíveis e competitivos, e normas de comércio externo mais liberais” [24].

Já foi destacado na primeira parte a transformação tecnológica e econômica que fundamenta tais mudanças nas políticas econômicas, mas cabe ainda avaliar as mutações que se operaram nos paradigmas de análise e nas soluções programáticas surgidas, particularmente no que tange à evolução do papel do Estado e da sua relação com as classes sociais no bojo de um radical processo de mudanças estruturais nas forças produtivas.

As variações das taxas de acumulação no pós-guerra, numa tendência decrescente a partir dos anos 70 nos países centrais (fase B do ciclo Kondratiev), determinaram mudanças no mercado de trabalho e na distribuição entre salários e lucros, no que tange à participação na renda nacional. Houve concentração de renda e aumento da pobreza e do desemprego. O ataque neoliberal ao Estado, com a chegada das coalizões conservadoras ao poder na Inglaterra e EUA em princípios dos anos 80, contribuiu para a diminuição da parte do valor da força de trabalho reproduzida pela intervenção estatal (gastos públicos em saúde, educação etc.).

Mas a partir disso e mesmo com privatizações não houve saneamento efetivo das finanças públicas e a infra-estrutura degenerou-se (EUA). Na França, a evolução do desemprego no governo “socialista” elevou os gastos das estatais com indenizações [25]. Ocorre que a globalização do capital implica duas consequências catastróficas para os trabalhadores:

1- Exigência de fluxos financeiros rápidos e de mecanismos de atração de capitais pelos Estados nacionais, de tal forma que tais fluxos estejam baseados em títulos da dívida interna desses Estados, parcialmente, o que agrava a crise fiscal de Estados com muitos encargos financeiros necessários à rolagem de suas dívidas públicas e “justifica” a deterioração dos serviços sociais aos pobres.

2- Intensificação de capital fixo, desemprego estrutural; e maior necessidade dos serviços públicos e auxílio desemprego pago pelo Estado. Por outro lado, a necessidade

menor de força de trabalho e a degradação das tarefas, cada vez mais desqualificadas (o que destoa dos discursos sobre funcionalidade hodierna da educação), reduz a educação formal e universalista, bem como a técnica, apenas para uma elite de sicofantas (ideólogos) do capital e especialistas, gerentes etc.

As “soluções” neoliberais para o enfrentamento da grave crise do capitalismo

Diante desse quadro empiricamente constatado, ideologias surgem para “solucioná-lo”. A alternativa neoliberal assenta-se sobre a reforma do Estado e a flexibilização do mercado de trabalho para eliminar o desemprego. Em verdade, tanto um quanto outro cumprem um papel estratégico nessa fase recessiva mundial por que passa o capitalismo desde meados de 1970.

Se é verdade que nos anos de boom econômico do pós-guerra (os “trinta anos gloriosos”) as oportunidades de investimento eram muitas e a taxa de lucro elevada, na fase recessiva as oportunidades de investimento escasseiam, a taxa de lucro cai juntamente com o crescimento econômico e as receitas do Estado, pois há menos capital a ser tributado. Isto provoca o aguçamento da luta de classes dos capitalistas contra os trabalhadores com o objetivo de aumentar a taxa de lucro reduzindo a renda do trabalho e os impostos: ajuste fiscal e flexibilização do mercado de trabalho!

O ajuste fiscal, a estabilização da moeda e as privatizações são o cerne da proposta. Reequilibrar as contas públicas faz-se necessário para se eliminar o déficit público antes de se debelar a inflação, porque a correção dos impostos, tornando-os imunes ao efeito *Tanzi* e a deterioração do valor das dotações orçamentárias para as despesas, mascara o enorme déficit potencial que explodiria caso a inflação fosse zerada e subissem as despesas sem corrosão inflacionária. Este seria o caso do Brasil [26]. O corolário dessa tese é a dolarização [27].

A flexibilização do mercado de trabalho envolve o fim de diversas garantias sociais, aumento da vida ativa de trabalho (para diminuir os gastos com inativos) e por fim a senha mágica: redução dos encargos sociais e desregulamentação do mercado de trabalho. Apresentam-se como custos adicionais com trabalhadores uma série de encargos que incidem sobre a folha de pagamento e se propõe a redução do custo horário do trabalho. Em verdade, porém, os famosos encargos sociais em nenhum lugar ultrapassam a metade dos salários recebidos pelos trabalhadores. A diferença entre o que o trabalhador recebe e o que a empresa paga por hora trabalhada é a seguinte em vários países: Brasil (24,5%), EUA (28,4%), França (39%), Alemanha (29,5%), Itália (44%) e Suécia (45,5%) [28].

Os encargos mantêm basicamente a seguridade social, pois licenças, férias, vales-refeição e transporte, 13º salário etc., são parcelas do salário! Também é proposta uma adequação maior entre o nível de ocupação e as flutuações da demanda por força de trabalho, facilitando-se as demissões. Na França isto é revestido com a roupagem da "criação de mais empregos": "Para os empresários, a flexibilização das normas de dispensa, ainda que se limitada aos novos empregos criados, permitiria obter, em 1984, 400 mil novos empregos. Os sindicatos criticam por sua vez o dualismo crescente do mercado de trabalho e a degradação geral das condições de emprego que provocariam tais flexibilizações" [29]. Os diversos matizes que constituem a variante social-democrata vão de neo-keynesianos, preocupados com a manutenção do Welfare State com menos reformas liberais, até toda uma gama de socialistas utópicos reformistas.

NOTAS

- 1- Marx, K. **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)**. México, Siglo XXI, 1987, v.II, p.222.
- 2- Sobre a redução progressiva de trabalho vivo agregado por unidade produzida até o limite matemático de 100% de capital constante, em função de progressivas duplicações da produtividade da força de trabalho, vide: Secco, L. **Teoria Marxista das Crises Econômicas**; in Estudos, número 34. São Paulo, USP/FFLCH, novembro de 1992.
- 3- Marx, K. **Op.cit.**, P.228.
- 4- Glotz, P. **Las Grandes Rupturas**, in Nueva Sociedad, número 72, Caracas, maio de 1984.
- 5- Ran Ide, T. e Cordell, Arthur J. **As Novas Ferramentas: Implicações no Futuro do Trabalho**, in O Socialismo do Futuro, número 6. Salvador/Madrid, 1993.
- 6- Gorender, J. **Marcino e Liberatore**. São Paulo, Ática, 1992, pp.86-88.
- 7- Teixeira, Francisco J.S. **Notas para uma Crítica do Fim da Sociedade do Trabalho**, in Universidade e Sociedade, ano IV, número 6, São Paulo, julho de 1994, p.26. A terceirização também favorece o capital com a redução de alguns impostos e encargos sociais dos salários redução salarial, degradação das condições de trabalho, ataque às organizações sindicais, etc. Vide: **Conjuntura**, ano V, número 51, agosto de 1992, p.12 (publicação de alguns sindicatos da área química da grande São Paulo).
- 8- Marx, K. e Engels, F. **Obras Escogidas**. Moscou, Progresso, 1983, p.38.
- 9- Coggiola, O. **Marxismo e Classes Sociais na Atualidade**. Inédito, 1994; cf. Therborn, G., in **El Socialismo del Futuro**, número 7, Madrid, julho de 1993.
- 10- Marx, K. **O Capital**. Trad. F. Kothe e R. Barbosa, São Paulo, Abril Cultural, 1984, v.III, t.1, p.335.
- 11- **Folha de S. Paulo**, 14 de dezembro de 1990.
- 12- **Gazeta Mercantil**, 11 de janeiro de 1994.
- 13- Gorender, J. **Liberalismo e Capitalismo Real**, in Nova, J.(org), **A História à Deriva**. Salvador, UFBA, 1993, p.163.
- 14- Vide: Marx, K. **O Capital**, op. cit., v.II, p.233; Kurz, R. **As Luzes do Mercado se Apagam...**, in Estudos Avançados, v.7, número 18, São Paulo, USP/IEA, maio/agosto de 1993, pp.11-12.
- 15- Kurz, R. **O Retorno de Potenkin**. Trad. W.L.Maar, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993, p.28.
- 16- **Folha de S. Paulo**, 27 de julho de 1994.
- 17- Tezanos, J.F. **Transformações na Estrutura de Classes na Sociedade Avançada**, in O Socialismo do Futuro, op. cit.
- 18- Ran Ide, T. e Cordell, A.J. **Op.cit.**
- 19- Para uma discussão específica, vide: Secco, L. **Trabalho Produtivo em Marx**, in O Ensaíador, número 1, São Paulo, USP/Instituto de Física, jan.fev.mar. de 1994.
- 20- Ran Ide, T. e Cordell, A.J. **Op. cit.**
- 21- *Id. ibid.*
- 22- **O Estado de S. Paulo**, 14 de abril de 1996.
- 23- Nau, H. **O Mito da Decadência dos EUA**. Tradução brasileira, Rio de Janeiro, Zahar, 1992, p.104.

- 24- *Id. ibid.*, p.129.
- 25- Petit, P. **Luces y Sombras del Estado Frente la Relacion Salarial: Francia**, in Boyer, R. (org). **La Flexibilidad del Trabajo en Europa**. Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1986, p.60.
- 26- Franco, G. **Folha de S. Paulo**, 31 de outubro de 1993. Como se viu, o Plano Real levou às últimas conseqüências esta tese, embora realizando um ajuste fiscal precário antes da introdução da nova moeda, baseado no corte de recursos orçamentários destinados às áreas da saúde e educação, consoante com o famigerado "fundo social de emergência", proposto pelo então ministro Fernando Henrique Cardoso no início de 1994.
- 27- O México é o exemplo mais cabal dos efeitos a curto e longo prazo da dolarização. Até 1992 todos os seus indicadores econômicos eram exemplo da cartilha neoliberal. Após anos de ajuste fiscal, o país havia privatizado 938 empresas estatais, diminuído as dívidas interna e externa e conquistado um fluxo positivo de capitais financeiros, aumentando as reservas internacionais. Mas tudo isso, inclusive a estabilização monetária, baseou-se na sobrevalorização cambial (a nova imposição norte-americana para que os países subdesenvolvidos acumulem déficits na balança comercial

com a superpotência que agora já precisa compensar com aqueles os megadéficits acumulados com Japão, China etc). Destarte, o México viu-se com déficits comerciais, um peso enorme dos produtos importados no consumo nacional e, como num passe de mágica, a orgia especulativa, fundada no fato de que o grosso dos investimentos estrangeiros e das reservas cambiais eram capital especulativo evaporável. Tudo isso acabou em princípio de 1995, com a desvalorização cambial inevitável, a fuga de capitais e um vertiginoso aumento de preços dos produtos de consumo interno. A volta da inflação, do desemprego e a continuidade da voracidade neoliberal sobre o patrimônio público foi a "solução" encontrada.

- 28- Amadeo, E. **Folha de S. Paulo**, 4 de janeiro de 1994.
- 29- Petit, P. *Op.cit.*, p.78.

.....

Na segunda parte deste artigo, a ser publicado na próxima edição, o autor polemiza com os que defende o fim do proletariado e da luta de classes, desmascara as idéias da "democratização do capital" e aborda o futuro do trabalho.

.....

* Pós-graduando em história econômica na Universidade de São Paulo (USP), coordenador do Núcleo de Estudos de O Capital (PT/SP) e editor da revista *Práxis*

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO CEARÁ

"O trabalhador consciente luta melhor por seus direitos. Daí a importância da *Debate Sindical*. Ela informa e forma os lutadores classistas. Desmascara o patronato, o governo e seus projetos nocivos. Prepara a nossa classe para construção de um sistema mais avançado, o socialismo".

"Diante da ofensiva mundial do neoliberalismo, a luta de idéias é decisiva para o avanço da consciência de classe dos trabalhadores. A *Debate Sindical* cumpre esse papel na atualidade. É uma revista de análise aprofundada, de polêmica franca e madura e de intercâmbio de experiências. Ela é indispensável".

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DA BAHIA

Os desafios do sindicalismo



O novo sindicalismo no Brasil.

Ricardo Antunes, segunda edição revista e ampliada, Pontes Editores, Campinas (SP), 1995

O novo sindicalismo no Brasil brinda o leitor com uma instigante análise da ação sindical na década de 80 e de suas tendências e desafios nos anos 90. Busca apreender a dinâmica do sindicalismo brasileiro nesse período, quando tantas e complexas transformações atingem o trabalho no mundo capitalista, com profundas repercussões sobre as condições de vida da classe assalariada e suas formas de organização sindical.

Com efeito, as metamorfoses nos modos de produção, nos seus níveis de produtividade e nas relações de trabalho, suscitadas pelas experiências de automatização e de flexibilização nos ambientes produtivos, têm ocasionado uma série de situações nefastas aos trabalhadores. Desenvolvidas sob a lógica da acumulação do capital, as novas formas de organização do trabalho vão espalhando desemprego e aprofundando cisões e desigualdades no interior da classe trabalhadora, dificultando o desencadeamento de ações sindicais unitárias e de cunho classista.

Pensando a particularidade brasileira e refletindo sobre as dimensões econômicas, políticas e ideológicas dessa contextualidade crítica, o livro apresenta-se dividido em duas partes. Da primeira consta o ensaio intitulado *Um balanço do novo (e do velho) sindicalismo brasileiro*, em que o autor discorre sobre as principais mutações que marcaram o movimento sindical dos anos 80. Enfoca as ações grevistas e suas tendências mais marcantes, desenvolvendo uma série de elementos analíticos que possibilitam ao leitor compreender os significados essenciais das greves deflagradas naquele período.

Ressalta também, como alguns dos traços característicos do sindicalismo brasileiro na década, a crescente incorporação dos assalariados médios e do setor de serviços nas lutas sindicais, os avanços organizativos dos trabalhadores rurais, a criação de centrais e tendências sindicais de âmbito nacional, além do aumento inquestionável das taxas de sindi-

calização, tanto de trabalhadores da área urbana como da rural.

Em geral, no contra-fluxo das tendências do sindicalismo nos países capitalistas avançados no decorrer dos anos 80 - atingido centralmente pelas transformações em curso no mundo da produção -, o movimento sindical brasileiro vivenciou um momento de grandes avanços naquela década. Em sua análise, Ricardo Antunes enfatiza, por exemplo, a dimensão política das lutas sindicais do período, em especial as grevistas, que voltando-se contra o arrocho salarial e a super-exploração do trabalho, confrontavam a política econômica imposta pelos governos militares e, posteriormente, pelo da "Nova República".

Na segunda parte do livro são apresentados diversos textos, na sua maioria artigos publicados em órgãos de imprensa ou revistas acadêmicas. Numa linguagem vigorosa, boa parte dos textos aborda dilemas e desafios dos sindicatos brasileiros na conjuntura adversa que se evidencia no início da década de 90, quando a crise do sindicalismo mundial atinge com intensidade os países do Terceiro Mundo. Neles, o autor revela a substituição gradativa do sindicalismo dos anos 80, marcado pelo confronto e resistência, por uma prática sindical fundada em ações meramente defensivas, que se distanciam pouco a pouco dos traços anti-capitalistas que caracterizaram as lutas da década anterior.

Este é um livro que se inscreve no debate atual sobre as práticas de resistência e de defesa de classe dos trabalhadores, na contextualidade crítica que promove uma crescente individualização das relações de trabalho e a desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho, atingindo direitos arduamente conquistados ao longo das lutas sindicais. Sua leitura é obrigatória, sem dúvida, para a compreensão dessa realidade dinâmica e contraditória que permeia o mundo sindical de nossos dias e de suas perspectivas e tendências.

Publicado inicialmente em 1991 (Scritta), **O novo sindicalismo no Brasil** sofre alterações importantes nesta nova edição. Em sua primeira parte, por exemplo, o autor atualizou as indicações bibliográficas referidas no ensaio, com o objetivo de remeter o leitor a estudos mais recentes das temáticas ali abordadas. Na segunda, foram adicionados vários textos novos e substituídos outros.

(Nise Jinkings, mestre em sociologia, doutoranda em ciências sociais na Unicamp-SP e autora do livro *O mister de fazer dinheiro - automação e subjetividade no trabalho bancário*)

Assine a revista



Princípios

Princípios é uma revista trimestral que debate os grandes problemas da atualidade. É a revista de uma época de muitas perguntas e poucas respostas para os que almejam construir um mundo de igualdade.

É um espaço de indagação, investigação, elaboração, debate, polêmica, busca de caminhos, ainda que novos, irreverentes e subversores.

É um ponto de referência do pensamento marxista sobre as coisas do nosso país e do nosso tempo. Você está no meio desse debate. Entre nele!

Leia, recomende, discuta e assine *Princípios*.

Uma revista de orientação marxista.

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ Fone _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Assinatura anual (4 edições) - R\$ 34,00

Assinatura especial (9 edições: 5 passadas + 4) - R\$ 50,00

Kit promocional (3 livros + 1 camiseta *Princípios* + 1 assinatura anual) - R\$ 60,00

Mande cheque nominal com seus dados. Se preferir, ligue ou escreva dando o número do cartão Credicard e o vencimento. Ou ainda telefone, para que enviemos a revista junto com o boleto bancário.

Editora Anita Ltda.

R. Monsenhor Passalaqua, 158 – CEP 01323-010 – São Paulo – SP – Fone/Fax: (011) 289-1331

Números disponíveis para assinatura especial ou compra avulsa: 17, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39 e 40. Preço: R\$ 6,00.

Assine a revista

DEBATE SINDICAL

Faça hoje mesmo a sua assinatura da *Debate Sindical*. Ela custa apenas R\$ 28,00. Receba em casa ou na sede da sua entidade uma publicação especializada no estudo do sindicalismo. Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências. A assinatura dá direito a quatro edições.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade: Estado:
Telefone: (.....) CEP Data da assinatura:
Sindicato a que pertence:

Preencha os dados em letra de forma e envie o cupom, acompanhado de cheque nominal e cruzado, para o Centro de Estudos Sindicais (CES). Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010, Fone/Fax: (011) 284-2296

SEJA REPRESENTANTE DA *DEBATE SINDICAL* NO SEU ESTADO

Ajude a vender assinaturas de uma revista comprometida com o avanço do sindicalismo classista em nosso país. Além disso, complemente seu orçamento, recebendo 25% do valor da assinatura. Entre imediatamente em contato com o Centro de Estudos Sindicais para preencher o seu cadastro e receber os materiais de divulgação da *Debate Sindical*.

FONE/FAX: (011) 284-2296